



**CONPEL – COMPANHIA NORDESTINA
DE PAPEL S.A.**

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

(INFORMAÇÕES REQUERIDAS PELA INSTRUÇÃO CVM Nº 480 DE 07.12.2009)



IDENTIFICAÇÃO

CONPEL – Cia. Nordeste de Papel, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.116.278/0001-01 e com atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado da Paraíba sob o NIRE 25300006226, registrada como companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) sob o nº 00468-5 (“Companhia”).

SEDE

Localizada no município do Conde, Estado da Paraíba, na Rodovia BR 101 km 06 – CEP 58322-000.

DIRETORIA DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Localizada no município do Conde, Estado da Paraíba, na Rodovia BR 101 km 06 – CEP 58322-000. O Diretor de Relações com Investidores é o Sr. Jackson Eduardo Lopes Dias. O telefone do departamento de relações com investidores é (0xx83) 3048-2300, o fax é (0xx83) 3048-2325 e o e-mail é jdias@conpel.com.br.

AUDITORES INDEPENDENTES DA COMPANHIA

Martinelli Auditores Independente para os exercícios de 2012/2013/2014. Guimarães e Gonçalves Auditoria e Consultoria Empresaria para o exercício 2015. Para 2016 e 2017 é a empresa ACAL Auditores independentes S/S.

BANCO ESCRITURADOR

Não possui.

ATENDIMENTO AOS ACIONISTAS

Localizada no município do Conde, Estado da Paraíba, na Rodovia BR 101 km 06 – CEP 58322-000. O Atendimento aos Acionistas é realizado pelo Sr. Jackson Eduardo Lopes Dias. O telefone do departamento de relações com investidores é (0xx83) 3048-2300, o fax é (0xx83) 3048-2325 e o e-mail é jdias@conpel.com.br.



JORNAIS NOS QUAIS A COMPANHIA DIVULGA INFORMAÇÕES

(Diário Oficial da Paraíba – PB e Jornal a União da Paraíba – PB).

SITE NA INTERNET

<http://www.conpel.com.br>. As informações constantes da página na rede mundial de computadores (website na Internet) da Companhia não são partes integrantes deste Formulário de Referência.

DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DESTE FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

31/05/2017.



FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

1. IDENTIFICAÇÃO DAS PESSOAS RESPONSÁVEIS PELO CONTEÚDO DO FORMULÁRIO.

1.1. DECLARAÇÃO DO DIRETOR PRESIDENTE E DO DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES DA COMPANHIA.

Cristiano Ciriaco Delgado, Diretor Presidente da Companhia, declara que reviu este formulário de referência e que todas as informações aqui contidas atendem ao disposto na Instrução CVM 480, em especial nos seus artigos 14 a 19, e que este conjunto de informações é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeiro da Companhia, dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

1.2. DECLARAÇÃO DO DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES DA COMPANHIA.

Jackson Eduardo Lopes Dias, Diretor de Relações com Investidores da Companhia, declara que reviu este formulário de referência e que todas as informações aqui contidas atendem ao disposto na Instrução CVM 480, em especial nos seus artigos 14 a 19, e que este conjunto de informações é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeiro da Companhia, dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.



2. AUDITORES.

2.1. EM RELAÇÃO AOS AUDITORES INDEPENDENTES.

INFORMAÇÕES	2017	2016	2015
a. Nome empresarial.	ACAL Auditores Independentes S/S - Registro CVM01144-4	ACAL Auditores Independentes S/S - Registro CVM01144-4	Guimarães e Gonçalves Auditoria e Consultoria Empresarial SS - Registro CVM01196-7
b. Nome das pessoas responsáveis, CPF e dados para contato (telefone e e-mail).	i. Responsável: Gelson José Amaro - CPF: 339.408.607-78 (01/04/18-31/03/18) ii. Responsável: Claudio Silva Foch - CPF: 963.719.607-25 (01/04/18) Endereço: Rua Heitor Stockler de França, nº 396, 14º andar, Torre Neo Business - Centro Cívico – Curitiba, PR - CEP 80.030-030 - Telefone/Fax (41) 3040-9300 E-mail i: gelson.amaro@rsmbrasil.com.br E-mail ii: claudio.foch@rsmbrasil.com.br	i. Responsável: Gelson José Amaro - CPF: 339.408.607-78 (01/04/16-31/03/17) ii. Responsável: Claudio Silva Foch - CPF: 963.719.607-25 (01/04/17) Endereço: Rua Heitor Stockler de França, nº 396, 14º andar, Torre Neo Business - Centro Cívico – Curitiba, PR - CEP 80.030-030 - Telefone/Fax (41) 3040-9300 E-mail i: gelson.amaro@rsmbrasil.com.br E-mail ii: claudio.foch@rsmbrasil.com.br	Responsável: Ronaldo Arsie Guimarães - CPF: 688.830.809-04 Endereço: Rua Silveira Peixoto, 1.040 - 8º andar, sala 803 - CEP 80.240-120 - Água Verde - Curitiba/PR - Telefone/Fax (41) 3372-1546 E-mail: ronaldo@rslsolution.com.br
c. Data de contratação dos serviços.	01/04/2017	01/04/2016	06/05/2015
d. Descrição dos serviços contratados.	Auditoria das demonstrações contábeis anuais, auditoria dos controles internos sobre a elaboração e apresentação e relatórios financeiros, exame das demonstrações contábeis.	Auditoria das demonstrações contábeis anuais, auditoria dos controles internos sobre a elaboração e apresentação e relatórios financeiros, exame das demonstrações contábeis.	Auditoria das demonstrações contábeis anuais, auditoria dos controles internos sobre a elaboração e apresentação e relatórios financeiros, exame das demonstrações contábeis.
e. Eventual substituição do auditor, informando:			
i. Justificativa da substituição.	A Companhia optou por ficar com a mesma Auditoria	A Companhia optou pela troca de Auditoria, para evitar o relacionamento prolongado entre auditor e a Companhia.	A Companhia optou pela troca de Auditoria, para evitar o relacionamento prolongado entre auditor e a Companhia.
ii. Eventuais razões:	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável

2.2. MONTANTE TOTAL DA REMUNERAÇÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES NO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL.

A remuneração total paga à ACAL Auditores Independentes S/S, pelos serviços de auditoria das demonstrações contábeis anuais e trimestrais, auditoria dos controles internos sobre a elaboração e apresentação de relatórios financeiros, e exame das demonstrações contábeis, no último exercício social (findo em 31/12/2017), foi de R\$ 55.554 mil.

2.3. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES.

Não há.

3. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS

3.1. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS.

<u>Em Milhares de Reais</u>			
DESCRIÇÃO DAS CONTAS	2017	2016	2015
a) Patrimônio Líquido	(171.914)	(143.740)	(88.510)
b) Ativo Total	62.021	66.812	82.395
c) Receita Líquida	6.316	14.761	27.542
d) Lucro Bruto	(3.452)	(5.584)	(3.137)
e) Resultado Líquido	(28.174)	(55.230)	(24.717)
f) Número de Ações, ex-tesouraria	18.122.099	18.122.099	18.122.099
g) Valor patrimonial da ação	(9,49)	(7,93)	(4,88)
h) Resultado líquido da ação	(1,55)	(3,05)	(1,36)
i) Outras informações contábeis selecionadas	Não há.	Não há.	Não há.
	(9,49)	(7,93)	(4,88)

3.2. MEDIÇÕES NÃO CONTÁBEIS.

a) Valor e b) Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas.

CONPEL - CIA. NORDESTINA DE PAPEL

CNPJ : 09.116.278/0001-01

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

EBITDA (LAJIDA)

<u>(R\$ mil)</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Receita Operacional Líquida	6.316	14.761	27.542
Custo de bens e/ou Serviços Vendidos	(9.768)	(20.345)	(30.679)
Lucro Operacional Bruto	(3.452)	(5.584)	(3.137)
(-) Despesas com Vendas	(225)	(458)	(1.071)
(-) Despesas Gerais, Administrativas e Operacionais	(4.849)	(3.405)	(4.612)
(+) Depreciação/ Amortização	2.664	2.949	3.010
EBITDA	(5.862)	(6.498)	(5.810)
% s/ Receita Operacional Líquida	-92,82%	-44,02%	-21,10%

c) Motivo pelo qual se entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da condição financeira e do resultado das operações da Companhia.

O EBITDA Ajustado (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization, ou lucro antes de juros e despesas financeiras líquidas, impostos, depreciação e amortização) é um indicador financeiro utilizado para avaliar o resultado de empresas sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e outros impactos contábeis. O EBITDA Ajustado é uma informação



adicional às demonstrações financeiras da Companhia e não deve ser utilizado em substituição às informações das demonstrações financeiras auditadas.

A Companhia entende que a utilização do EBITDA Ajustado como medida de desempenho pode ser mais apropriada para a correta compreensão de seus resultados operacionais, pelo fato de permitir uma comparação estruturada com outras companhias do mesmo segmento.

A Companhia acredita que o EBITDA Ajustado retrata seu desempenho sem a influência de fatores ligados, dentre outras coisas, (i) à sua estrutura de capital, como despesas com juros de seu endividamento, flutuações de taxas de juros e outros resultados financeiros, (ii) à sua estrutura tributária, como seu imposto de renda e contribuição social, (iii) à suas despesas com depreciações e amortizações. Estas características, no entendimento da Companhia, tornam o EBITDA Ajustado uma medida mais prática e mais apropriada de seu desempenho.

3.3. IDENTIFICAR E COMENTAR QUALQUER EVENTO SUBSEQUENTE ÀS ÚLTIMAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO SOCIAL QUE AS ALTEREM SUBSTANCIALMENTE.

Não há.



3.4. POLÍTICA DE DESTINAÇÃO DOS RESULTADOS DOS ÚLTIMOS 3 (Três) EXERCÍCIOS SOCIAIS.

	2017	2016	2015
a) Regras sobre a retenção de lucros	<p>O Estatuto Social da Companhia prevê que do lucro líquido, destinar-se-ão em ordem prioritária: I 5% à constituição de reserva legal, que não excederá de 20% do capital social; II 25% à distribuição de dividendos obrigatórios aos acionistas, observadas as vantagens legais e estatutárias conferidas as ações preferenciais; III 5% à constituição de uma reserva especial destinada à aquisição de ações preferenciais. A proposta da administração constante das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2012, que foi submetida aos acionistas da Companhia para deliberação na Assembléia Geral Ordinária realizada em abril de 2013, ficou delimitada a aprovação das demonstrações financeiras em função do prejuízo apresentado.</p>	<p>O Estatuto Social da Companhia prevê que do lucro líquido, destinar-se-ão em ordem prioritária: I 5% à constituição de reserva legal, que não excederá de 20% do capital social; II 25% à distribuição de dividendos obrigatórios aos acionistas, observadas as vantagens legais e estatutárias conferidas as ações preferenciais; III 5% à constituição de uma reserva especial destinada à aquisição de ações preferenciais. A proposta da administração constante das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2012, que foi submetida aos acionistas da Companhia para deliberação na Assembléia Geral Ordinária realizada em abril de 2013, ficou delimitada a aprovação das demonstrações financeiras em função do prejuízo apresentado.</p>	<p>O Estatuto Social da Companhia prevê que do lucro líquido, destinar-se-ão em ordem prioritária: I 5% à constituição de reserva legal, que não excederá de 20% do capital social; II 25% à distribuição de dividendos obrigatórios aos acionistas, observadas as vantagens legais e estatutárias conferidas as ações preferenciais; III 5% à constituição de uma reserva especial destinada à aquisição de ações preferenciais. A proposta da administração constante das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2012, que foi submetida aos acionistas da Companhia para deliberação na Assembléia Geral Ordinária realizada em abril de 2013, ficou delimitada a aprovação das demonstrações financeiras em função do prejuízo apresentado.</p>
b) Regras sobre a distribuição de dividendos	<p>O Estatuto Social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido ajustado seja, anualmente, distribuídos aos acionistas, observadas as vantagens legais e estatutárias conferidas as ações preferenciais.</p>	<p>O Estatuto Social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido ajustado seja, anualmente, distribuídos aos acionistas, observadas as vantagens legais e estatutárias conferidas as ações preferenciais.</p>	<p>O Estatuto Social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido ajustado seja, anualmente, distribuídos aos acionistas, observadas as vantagens legais e estatutárias conferidas as ações preferenciais.</p>
c) Periodicidade das distribuições de dividendos	Anual	Anual	Anual
d) Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou por regulamentação especial aplicável à Companhia, por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	<p>O Estatuto Social da Companhia, em conformidade com o disposto na Lei das Sociedades por Ações, prevê que 5% do lucro líquido seja, anualmente, destinado à formação de reserva legal, a qual não poderá ultrapassar 20% do capital social integralizado e 5% à constituição de uma reserva especial destinada à aquisição de ações preferenciais. A Assembléia Geral não autorizará a distribuição de dividendos no exercício social em que a Diretoria informar se ele for incompatível com a situação financeira da sociedade. A Assembléia Geral pode criar outros fundos e reservas, bem como autorizar pagamentos de gratificações, nos limites e condições estabelecidos em lei.</p>	<p>O Estatuto Social da Companhia, em conformidade com o disposto na Lei das Sociedades por Ações, prevê que 5% do lucro líquido seja, anualmente, destinado à formação de reserva legal, a qual não poderá ultrapassar 20% do capital social integralizado e 5% à constituição de uma reserva especial destinada à aquisição de ações preferenciais. A Assembléia Geral não autorizará a distribuição de dividendos no exercício social em que a Diretoria informar se ele for incompatível com a situação financeira da sociedade. A Assembléia Geral pode criar outros fundos e reservas, bem como autorizar pagamentos de gratificações, nos limites e condições estabelecidos em lei.</p>	<p>O Estatuto Social da Companhia, em conformidade com o disposto na Lei das Sociedades por Ações, prevê que 5% do lucro líquido seja, anualmente, destinado à formação de reserva legal, a qual não poderá ultrapassar 20% do capital social integralizado e 5% à constituição de uma reserva especial destinada à aquisição de ações preferenciais. A Assembléia Geral não autorizará a distribuição de dividendos no exercício social em que a Diretoria informar se ele for incompatível com a situação financeira da sociedade. A Assembléia Geral pode criar outros fundos e reservas, bem como autorizar pagamentos de gratificações, nos limites e condições estabelecidos em lei.</p>



3.5. SUMÁRIO DAS DISTRIBUIÇÕES DE DIVIDENDOS E RETENÇÕES DE LUCRO OCORRIDAS.

Em Milhares de Reais	2017 ¹	2016 ¹	2015 ¹
a) Lucro (prejuízo) líquido do exercício.	(28.174)	(55.230)	(24.717)
b) Reserva legal.	Não há	Não há	Não há
c) Percentual de reserva legal em relação ao lucro líquido do exercício.	-	-	-
d) Lucro líquido ajustado para fins de dividendos.	Não há	Não há	Não há
e) Dividendo distribuído.	Não há	Não há	Não há
f) Percentual de dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado.	-	-	-
g) Reserva estatutária.	Não há	Não há	Não há
h) Dividendo distribuído por ação ordinária.	Não há	Não há	Não há
i) Data de pagamento do dividendo.	-	-	-
j) Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido.	-	-	-
k) Lucro líquido retido.	Não há	Não há	Não há
l) Data de aprovação da retenção.	Não há	Não há	Não há

¹ Não houve distribuição de dividendos, pois a empresa não apurou lucro líquido no exercício de 2017.

² Não houve distribuição de dividendos, pois a empresa não apurou lucro líquido no exercício de 2016.

³ Não houve distribuição de dividendos, pois a empresa não apurou lucro líquido no exercício de 2015.

3.6. DIVIDENDOS DECLARADOS À CONTA DE LUCROS RETIDOS OU RESERVAS CONSTITUÍDAS EM EXERCÍCIOS SOCIAIS ANTERIORES.

Nos últimos três exercícios sociais, não foram declarados pela Companhia dividendos a conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores.

3.7. NÍVEL DE ENDIVIDAMENTO DA COMPANHIA.

ENDIVIDAMENTO DA COMPANHIA

Em milhares de reais	2017	2016	2015
a) Montante da Dívida, de qualquer natureza (somatório do passivo circulante e do passivo não circulante).	233.935	210.552	170.905
b) Índice de endividamento (passivo circulante mais o não circulante, dividido pelo patrimônio líquido).	-1,36	-1,46	-1,93



c) Outro índice de endividamento.

i. Método utilizado para calcular o índice.

Não há.

ii. Porque esse índice é apropriado para a correta compreensão da situação financeira e do nível de endividamento da Companhia.

Não há.

3.8. OBRIGAÇÕES DA COMPANHIA DE ACORDO COM NATUREZA E PRAZO DE VENCIMENTO.

EXERCÍCIO SOCIAL 31.12.2017					
OBRIGAÇÕES	TOTAL	Inferior à 1 ano	Superior à 1 ano e inferior à 3 anos	Superior à 3 anos e inferior à 5 anos	Superior à 5 anos
Garantia Real	2.768	2.768	-	-	-
TOTAL	2.768	2.768	-	-	-

3.9. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES.

Não existem outras informações relevantes.



4. FATORES DE RISCO.

4.1. FATORES DE RISCO QUE PODEM INFLUENCIAR A DECISÃO DE INVESTIMENTO EM VALORES MOBILIÁRIOS DE EMISSÃO DA COMPANHIA.

a) Com relação à Companhia.

A companhia pode não conseguir efetivar seu planejamento estratégico e deixar de atingir sua meta de retomada do mercado, trazendo assim grande prejuízo ao seu negócio.

b) Com relação ao controlador, direto ou indireto, da Companhia, ou ao grupo de controle.

Os controladores da Companhia tem o poder de controlar, incluindo poder de eleger membros da Administração e determinar o resultado de qualquer deliberação que exija aprovação de acionistas, tais como reorganizações societárias, transações com partes relacionadas, pagamento de dividendos futuros, dentre outros. As decisões tomadas diante deste poder podem ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas da Companhia.

c) Com relação aos acionistas da Companhia.

Não há fator de risco relevante.

d) Com relação a controladas e coligadas da Companhia.

Não há fator de risco relevante.

e) Com relação aos fornecedores da Companhia.

Fatores econômicos podem causar um aumento nos preços de insumos e serviços, além daquele previstos no orçamento da companhia, causando redução na margem de lucro e consequentemente freando o consumo.

f) Com relação aos clientes da Companhia.

O Setor de Papelão ondulado reciclado sofre com a sazonalidade do preço de seu principal insumo a apara de papelão, o que produz uma volatilidade no preço de venda.

g) Com relação ao setor de atuação da Companhia.

A Companhia sofre concorrência em todos os segmentos em que atua. No segmento de Papel, Chapa e caixas de papelão ondulado seus principais concorrentes no mercado interno são Klabin, Penha e Ondunorte. No segmento



de sacos industriais, seus principais concorrentes no mercado interno são Klabin, Trombini, Albuquerque.

h) Com relação à regulação do setor de atuação da Companhia.

Não há fator de risco relevante.

i) Com relação aos países estrangeiros onde a Companhia atua.

Não há fator de risco relevante.

j) Com relação a questões socioambientais

A Companhia está sujeita a rigorosas leis e regulamentos ambientais na esfera federal, estadual e municipal. Esse conjunto de regras contém complexas normas de controle ambiental, dentre as quais se destacam as que tratam da descarga de materiais efluentes líquidos tratados em corpo receptor. O descumprimento dessas leis ou regulamentos, ou a ocorrência de acidentes que afetem o meio-ambiente, pode resultar em sanções de natureza administrativa, civil e/ou criminal com multas, obrigações de indenizar e/ou desembolsos financeiros por parte da Companhia, os quais podem afetar adversamente os seus resultados operacionais e sua condição financeira.

Note-se, ainda, que a legislação ambiental está se tornando mais rigorosa no Brasil, sendo possível que os investimentos e despesas necessários à observância da legislação ambiental aumentem substancialmente no futuro, o que poderá afetar adversamente a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

4.2. DESCREVER, QUANTITATIVAMENTE E QUALITATIVAMENTE OS PRINCIPAIS RISCOS DE MERCADO A QUE O EMISSOR ESTA EXPOSTO, INCLUSIVE EM RELAÇÃO A RISCOS CAMBIAIS E A TAXAS DE JUROS.

Não há fator de risco relevante

4.3. PROCESSOS JUDICIAIS, ADMINISTRATIVOS E ARBITRAIS EM QUE A COMPANHIA OU SUAS CONTROLADAS SÃO PARTES, SÃO RELEVANTES PARA SEUS NEGÓCIOS E NÃO ESTÃO SOB SIGILO.

i. Trabalhistas.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia figurava no polo passivo de 264 ações de natureza trabalhista, consistentes, em sua maioria, de ações ingressadas por ex-empregados das plantas da Companhia e versam sobre insalubridade, pagamento de direitos trabalhistas (verbas rescisórias, horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade), indenizações e responsabilidade subsidiária. O valor total envolvido nos processos.



A Companhia acredita que o número de ações trabalhistas seja elevado, e o conjunto de ações é considerada relevante e suficiente a ponto de poder impactar adversamente em seus resultados.

ii. Tributários.

No exercício de 2017 a companhia se beneficiou do FAIN (crédito presumido de ICMS) incentivo fiscal do governo da Paraíba, somente no mês de novembro/2017 no valor de R\$ 1.388,64, pois nos demais meses a companhia apurou crédito no ICMS.

De acordo com a Resolução 025/2010, ratificada pelo decreto nº 31.837/2010, proporcionou a Companhia o direito a utilização do crédito presumido de 74,25% do saldo devedor do ICMS apurado mensalmente, relativo às saídas decorrentes da produção industrial própria incentivada, com vencimento em até 02 de dezembro de 2025, o que subsidiará a Companhia parte dos investimentos necessários para ampliação de sua capacidade instalada e manutenção de seu parque fabril.

Com relação aos tributos diretos e indiretos federais e os demais tributos em aberto estão sendo atualizados de acordo com o índice de multa e juros estipulado de acordo com RFB/PGFN, e reconhecidos na contabilidade com exigibilidade imediata.

iii. Cíveis.

Não há processos relevantes.

iv. Ambientais.

Não há processos relevantes.

v. Outros.

Não há processos relevantes.

4.3.1. VALOR TOTAL PROVISIONADO

Não há.

4.4. PROCESSOS JUDICIAIS, ADMINISTRATIVOS OU ARBITRAIS, QUE NÃO ESTÃO SOB SIGILO, EM QUE A COMPANHIA OU SUAS CONTROLADAS SÃO PARTE E CUJAS PARTES CONTRÁRIAS SÃO ADMINISTRADORES OU EX-ADMINISTRADORES, CONTROLADORES OU EX-CONTROLADORES OU INVESTIDORES DA COMPANHIA OU DE SUAS CONTROLADAS.

Não há.



4.5. IMPACTOS EM CASO DE PERDA E VALORES ENVOLVIDOS EM PROCESSOS SIGILOSOS RELEVANTES EM QUE A COMPANHIA OU SUAS CONTROLADAS SÃO PARTE.

Não há.

4.6. PROCESSOS JUDICIAIS, ADMINISTRATIVOS OU ARBITRAIS REPETITIVOS OU CONEXOS, BASEADOS EM FATOS E CAUSAS JURÍDICAS SEMELHANTES, QUE NÃO ESTÃO SOB SIGILO E QUE EM CONJUNTO SEJAM RELEVANTES, EM QUE A COMPANHIA OU SUAS CONTROLADAS SÃO PARTE.

i. Trabalhistas.

Não há.

ii. Tributários.

Não há.

iii. Cíveis.

Não há.

iv. Ambientais.

Não há.

4.7. OUTRAS CONTINGÊNCIAS RELEVANTES NÃO ABRANGIDAS PELOS ITENS ANTERIORES.

Não há.

4.8. INFORMAÇÕES SOBRE AS REGRAS DO PAÍS DE ORIGEM DO EMISSOR ESTRANGEIRO E REGRAS DO PAÍS NO QUAL OS VALORES MOBILIÁRIOS DO EMISSOR ESTRANGEIRO ESTÃO CUSTODIADOS.

Não há.



5. GERENCIAMENTO DE RISCO E CONTROLE INTERNOS.

5.1. GERENCIAMENTO DE RISCOS

Não há.

5.2. GERENCIAMENTO DE RISCOS DE MERCADO

a) Com relação à política de gerenciamento

Não há.

b) Com relação a objetivos e estratégias da política de gerenciamento

Não há.

5.3. CONTROLES INTERNOS ADOTADOS

a) Principais práticas

Não há.

b) Estruturas organizacionais envolvidas

Não há.

c) Supervisão da eficiência dos controles internos

Não há.

d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos

1.1 CONTROLES INTERNOS

1.1.1 Compras/Contas a pagar

a) Atualização do Manual de Procedimentos

A Companhia possui formalizado manual de políticas internas de compras, no entanto, em nossas entrevistas junto aos empregados responsáveis pelo departamento, o mesmo está passando por uma reestruturação/atualização, de forma a se adequar a atual situação econômica e financeira da Companhia. uma vez que são necessárias adequações, dado a situação financeira em que a mesma se encontra. Por esta razão, os procedimentos atualmente



executados não estão em consonância com as políticas atuais definidas pela Administração.

Ressaltamos que comandos claros e precisos são fundamentais para a eficiência de um resultado. Para que as pessoas se comportem de forma adequada e que atinjam as expectativas de seus empregadores, elas precisam ser instruídas, treinadas e acompanhadas para que não haja dúvida no que tange o cumprimento das políticas estabelecidas pela Administração da Companhia.

Recomendamos tão logo seja concluída esta adequação/atualização da política, que seja realizado um trabalho pela Administração de treinamento e conscientização dos empregados quanto a importância do cumprimento da política, visando obter uma padronização nos procedimentos de compras de mercadorias e insumos, evitando eventuais perdas causadas por erros/irregularidades que venham a ser praticadas no processo.

1.1.2 Vendas/Contas a Receber

a) Ausência de uma política formalizada de procedimentos de vendas

Em nossas análises constatamos que a Companhia não possui uma política formal de vendas determinando os critérios a serem adotados para formalização da venda.

Ressaltamos que comandos claros e precisos são fundamentais para a eficiência de um resultado. Para que as pessoas se comportem de forma adequada e que atinjam as expectativas de seus empregadores, elas precisam ser instruídas, treinadas e acompanhadas para que não haja dúvida no que tange o cumprimento das políticas estabelecidas pela Administração da Companhia.

Recomendamos a adoção de procedimentos formalizados de forma a suportar o processo de venda dando-lhe maior segurança em relação as informações geradas, contribuindo assim de forma efetiva na prevenção de erros e/ou manipulações indevidas que possam ocorrer no processo.

b) Ausência de autorização do pedido de vendas

Observamos que a proposta comercial e o pedido de vendas elaborado pelo empregado responsável não passa por revisão e aprovação formal dos gerentes comerciais. Depois de elaborado, o pedido é encaminhado diretamente ao departamento financeiro e de produção, sem que haja uma autorização formal pelo gerente comercial.

Ressaltamos a importância de serem estabelecidos critérios a serem observados em todo o processo de venda e controle efetivo do cumprimento dos mesmos. É recomendável que todo pedido de venda seja efetivado após conhecimento e revisão do gestor responsável pelo departamento comercial, como forma de, principalmente, evitar transações que possam trazer algum tipo de prejuízo a Companhia.

c) Ausência de política e gerenciamento de formação de preço de venda

Verificamos que a Companhia não possui parâmetro/padrão devidamente estabelecidos para formação de preço de venda dos seus produtos, atualmente a precificação é feita pela equipe comercial de acordo com o tipo de negociação realizada especificamente com cada cliente, assim não descartamos a possibilidade de, por exemplo, um mesmo produto ser vendido com preços diferentes, e que, os preços praticados cobrem ao menos minimamente os custos de produção daquele produto. Ainda, observamos que não há supervisão efetiva sobre os preços praticados pelos vendedores.

Ressaltamos a relevância da receita gerada pela venda de produtos na manutenção das atividades da Companhia, embora tenhamos conhecimento da atual situação econômica do país e da Companhia, e que, por vezes pode se fazer necessária a venda com preços abaixo do mercado, recomendamos que sejam adotados procedimentos que determinem ao menos o preço mínimo a ser praticado para cada produto.

Ainda, a ausência de monitoramento efetivo sobre os processos de venda, através de atividades de revisão e autorização, torna o processo significativamente frágil e suscetível a erros e/ou manipulações indevidas, o que pode trazer prejuízos financeiros a Companhia.

d) Fragilidade no sistema financeiro de controle de contas a receber – DATASUL

Em nossas análises observamos que o departamento financeiro identifica os valores recebidos de clientes através de extrato bancário e executa a baixa do título no sistema Datasul, no entanto, verificamos que o procedimento não é executado tempestivamente, ou seja, não há uma rotina diária de consultas/baixas, de modo que a posição financeira esteja devidamente atualizada e conciliada com a contabilidade.

Durante a nossa visita, verificamos a existência de títulos liquidados recentemente pelo cliente, mas cuja baixa ainda não havia sido registrada. Segundo informações fornecidas pelos empregados do departamento financeiro, ocorrências como férias ou afastamento de empregados do setor geram demandas extras e prioritárias, assim, o procedimento de baixa de títulos passa a ser feito em segundo momento.



É importante destacar também a necessidade de acompanhamento e conciliação tempestiva dos adiantamentos recebidos de clientes, de forma que os saldos sejam corretamente baixados no momento do recebimento das faturas.

Concluimos que atualmente o processo de baixa/conciliação e controle dos saldos de contas a receber de clientes apresenta significativo grau de fragilidade, o que o torna muito suscetível à ocorrência de erros e/ou manipulações indevidas, podendo resultar em prejuízos financeiros a Companhia.

1.1.3 Estoques/Produção

a) Controle manual do consumo de aparas

As Aparas são a principal matéria-prima utilizada pela Companhia, consiste em papelão reciclado, cujo controle é feito pelo departamento de almoxarifado, por meio de planilhas EXCEL.

Por se tratar de um controle 100% manual, que atualmente não está inserido em qualquer outro sistema ou controle de movimentação de estoques, entendemos haver um elevado grau de fragilidade, já que procedimentos manuais favorecem significativamente a ocorrência de erros e/ou manipulações indevidas. Assim, recomendamos que a Administração avalie a implantação de controles mais efetivos, de forma a minimizar os riscos de prejuízos financeiros.

b) Ausência de identificação de mercadorias no estoque

O Almoxarifado faz o recebimento das mercadorias e a respectiva conferência entre a nota fiscal e o pedido de compra, de forma a assegurar que a mercadoria recebida está de acordo com o que foi solicitado ao fornecedor. Após a conferência os itens são então armazenados, no entanto não é feito nenhum tipo de identificação física nos produtos, os mesmos são separados de forma geral de acordo com a sua natureza, mas sem especificações técnicas.

Muito embora o volume atual dos estoques esteja relativamente baixo, é de extrema importância que os produtos contenham identificação adequada, como forma de minimizar o risco da utilização inadequada dos mesmos pela produção.

Recomendamos a utilização de etiquetas de identificação para armazenamento dos produtos, contendo minimamente informações como: Nome, código, quantidade (volume), data de entrada, validade.

c) Controle manual de produção de papéis e sacos



Verificamos que o controle da produção de papéis e sacos é feito de forma manual, através de planilha Excel, que é atualizada e repassada diariamente para o PCP/Desenvolvimento, e utilizado como base para produção e expedição de produto acabado.

Muito embora o atualmente o volume de produção esteja baixo, conforme já mencionamos anteriormente, entendemos haver um elevado grau de fragilidade, já que procedimentos manuais favorecem significativamente a ocorrência de erros e/ou manipulações indevidas. Assim, recomendamos que a Administração avalie a implantação de controles mais efetivos, de forma a minimizar os riscos de prejuízos financeiros.

d) Sistemas de produção e estoque não integrados

Atualmente os seguintes sistemas são utilizados pela Companhia na manutenção das suas operações: KHARTES para controle comercial do produto sacarias, SIADNE para produtos como caixa e chapa, e controles manuais desenvolvidos a partir de planilhas em EXCEL para controle do produto papel, dessa forma, não há qualquer integração entre os sistemas envolvidos no controle da produção.

Entendemos que um ambiente em que são utilizados tipos diferentes de sistemas e controles manuais possui alto grau de fragilidade, o que torna os processos envolvidos muito mais suscetíveis a erros e/ou manipulações indevidas, ocasionando inclusive prejuízos financeiros a Companhia.

Recomendamos que os procedimentos atuais sejam revistos e adequados com o objetivo de gerar maior confiabilidade nos dados e informações geradas a partir dos processos, de forma que estes possam contribuir inclusive na otimização dos processos de planejamento e gestão dos recursos financeiros da Companhia.

1.1.4 Inventário físico dos estoques

A contagem compreendeu 100% dos estoques e foi realizada em 04 de dezembro de 2017, na sede da Companhia, na cidade de CONDE-PB.

Durante o acompanhamento das contagens, observamos pontos que requerem melhorias e que julgamos merecem especial atenção da Administração, os quais estão descritos a seguir.

a) Produção em andamento durante o inventário

Durante a contagem nos estoques a produção de papel e a expedição mantiveram-se em operação. A justificativa da Administração, dada a atual situação econômica e financeira da Companhia, a interrupção, mesmo que por



prazo mínimo de dias, das atividades produtivas, poderia comprometer de maneira significativa o seu fluxo de caixa.

Ressaltamos que, para tornar os resultados do processo de inventário mais confiáveis, é imprescindível a suspensão do processo produtivo durante o período de contagem, de forma a reduzir os riscos de inconsistências nos resultados apurados.

Apesar de entendermos que eventuais distorções decorrentes desse procedimento não sejam relevantes devido aos baixos volumes de estoques, recomendamos que para as próximas contagens sejam estabelecidos procedimentos efetivos para que o resultado apresentado seja o mais fidedigno a realidade da Companhia.

b) Ausência de Instruções de Inventário formalizadas

A Companhia não possui formalizadas as instruções para realização das contagens de inventário. Conforme observamos em nossa visita, as instruções são repassadas aos empregados que realizarão as contagens de forma verbal, em reunião realizada antes do início do inventário para esclarecimento dos procedimentos a serem executados e definição das equipes de contagem.

De acordo com informações obtidas junto ao Sr. Cantareli de Lemos, o número reduzido de empregados, resultando no acúmulo de atividades sobre cada um, dificulta a condução adequada do processo de inventário.

Ressaltamos a importância da formalização deste procedimento, como forma não só de conscientizar os empregados da importância do inventário, mas também de favorecer o acompanhamento e supervisão das contagens pelos gestores responsáveis, resultando em maior grau de confiabilidade aos ajustes gerados e saldos contábeis apresentados.

c) Ausência de utilização de EPI

Durante nossa visita, observamos que alguns empregados não utilizam equipamentos de proteção EPI, principalmente os que trabalham na área da produção, almoxarifado e expedição, assim como para a equipe de auditoria, durante o acompanhamento das contagens.

De acordo com a Norma Reguladora – NR6: “Para os fins de aplicação desta Norma Regulamentadora - NR, considera-se Equipamento de Proteção Individual - EPI, todo dispositivo ou produto, de uso individual utilizado pelo trabalhador, destinado à proteção de riscos suscetíveis de ameaçar a segurança e a saúde no trabalho.

A empresa é obrigada a fornecer aos empregados, gratuitamente, EPI adequado ao risco, em perfeito estado de conservação e funcionamento, nas seguintes circunstâncias:

- a) *Sempre que as medidas de ordem geral não ofereçam completa proteção contra os riscos de acidentes do trabalho ou de doenças profissionais e do trabalho*
- b) *Enquanto as medidas de proteção coletiva estiverem sendo implantadas; e,*
- c) *Para atender a situações de emergência.*

Cabe ao empregador quanto ao EPI :

- a) *Adquirir o adequado ao risco de cada atividade;*
- b) *Exigir seu uso;*
- c) *Fornecer ao trabalhador somente o aprovado pelo órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho;*
- d) *Orientar e treinar o trabalhador sobre o uso adequado, a guarda e conservação;*
- e) *Substituir imediatamente, quando danificado ou extraviado;*
- f) *Responsabilizar-se pela higienização e manutenção periódica; e,*
- g) *Comunicar ao MTE qualquer irregularidade observada. h) registrar o seu fornecimento ao trabalhador, podendo ser adotados livros, fichas ou sistema eletrônico. (Inserida pela Portaria SIT/DSST 107/2009)."*

Entendemos que a situação econômica e financeira da Companhia não favorece investimentos em melhorias estruturais e organizacionais, no entanto, ressaltamos que a legislação trabalhista é bastante clara e rígida quanto às condições de trabalho mínimas que devem ser oferecidas aos seus empregados. Recomendamos que o procedimento seja revisto e adequados as normas vigentes de forma a resguardar a Companhia de eventuais desembolsos financeiros decorrentes de contingências relacionadas a segurança do trabalho.

d) Condições estruturais das dependências da fábrica

Durante o acompanhamento das contagens observamos que o efeito de eventos meteorológicos (chuva) foi responsável por infiltração em pontos diversos da fábrica.

Todos os itens que compunham os estoques na data da contagem estavam dispostos no chão dada a falta de móveis (prateleiras) adequados para armazenamento, assim, os produtos de papel estão bastante vulneráveis, dada sua exposição a líquidos e outros agentes que podem levar a perda total dos



produtos, agravando ainda mais a situação econômica e financeira da Companhia.

Recomendamos especial atenção da Administração quanto a manutenção da estrutura física da fábrica, de forma que as operações da Companhia não sejam prejudicadas e que a mesma possa retomar gradativamente perspectiva de crescimento econômico.

e) Armazenamento de matéria prima e produto acabado em local inadequado

Verificamos durante a inspeção física que as laterais do barracão onde estão armazenados os produtos acabados e matérias primas estão abertas, assim, em eventual situação de chuva mais intensa, e principalmente, acompanhada de ventos fortes, o risco de dano aos produtos é muito alto.

Embora a política atual da Companhia seja produzir itens apenas depois de formalizada a venda para entrega imediata, entendemos que diversos fatores podem impactar no processo, fazendo com que sejam mantidos estoques por períodos maiores ao previsto inicialmente.

Recomendamos especial atenção da Administração no que diz respeito a salvaguarda de seus ativos, principalmente como forma de evitar prejuízos financeiros, o que, o que pode agravar ainda mais sua situação econômica e financeira.

f) Ausência de etiqueta de marcação de contagem

Verificamos que após as contagens não foi realizada a identificação dos itens quanto ao número de contagens realizadas.

Ressaltamos que se trata de procedimento simples e muito importante de controle, já que evita que um mesmo item seja considerado mais de uma vez na totalização do estoque, fazendo com que o mesmo seja superavaliado.

Recomendamos que ao se elaborar as instruções formais para realização do inventário sejam incluídas as marcações necessárias para sinalização das contagens realizadas por meio de etiquetas.

g) Refugos misturados com itens do estoque sem identificação e armazenados em local inadequado

Verificamos durante o inventário que, finalizado o processo produtivo, os refugos são armazenados de forma aleatória, sem identificação e segregação dos demais itens do estoque.

Entendemos que, com isso, empregados que não possuem familiaridade e conhecimento sobre estes produtos, estão sujeitos a classificação e



apontamento inadequado dos mesmos, ocasionando em distorções nos resultados apurados.

A salvaguarda adequada dos estoques, através de correta organização e controle efetivo dos itens é fundamental na redução significativa de riscos de perdas e prejuízos financeiros, assim, recomendamos especial atenção da Administração reorganização de suas estruturas, de forma que todos os seus ativos sejam alocados em local apropriado e identificados para melhor organização e inspeção física.

h) Armazenamento inadequado de produtos químicos

Durante nossos trabalhos, observamos a existência de produtos químicos que não adequadamente armazenados, ou seja, em local apropriado para conservação e isolados dos demais itens de estoque, dessa forma, todos os empregados da fábrica estão expostos a produtos tóxicos, porém, sem medidas de proteção e segurança adequadas.

Como forma de se resguardar de eventuais contingências decorrentes de ações trabalhistas e autuações decorrentes de eventuais fiscalizações por órgãos reguladores, recomendamos especial atenção da Administração na adequação dos procedimentos atualmente adotados.

i) Ausência de identificação adequada de itens do estoque

Verificamos que alguns itens que compõe os estoques de produtos acabados não possuem identificação por meio de etiquetas. A identificação foi feita por empregado com conhecimento técnico para determinação do item através da análise da gramatura do papel.

Ressaltamos que procedimentos como este remetem a desorganização e ausência de confiabilidade nas informações geradas pela Companhia quanto as quantidades registradas em estoque, além de elevar consideravelmente o risco de prejuízos financeiros pela perda por deterioração de produtos ou até mesmo desvios (furtos).

Recomendamos especial atenção da Administração para implantação de controles efetivos, de forma a aumenta o grau de confiabilidade nas informações geradas.

1.1.5 Sistemas de informação

a) Ausência de atualização de política de T.I

A Companhia possui uma política contendo os procedimentos a serem adotados no departamento de T.I, e, de acordo com o coordenador



responsável, todos os procedimentos descritos na política são seguidos pela empresa, no entanto sua última atualização ocorreu em 2012.

Recomendamos atualização da política de forma que a mesma esteja em linha com os avanços tecnológicos ocorridos ao longo do tempo.

b) Backups manuais

Verificamos a existência de arquivos/documentos armazenados nas estações de trabalho, cujo backup feito manualmente. Entendemos que nesta situação há um alto grau de risco de perda de dados e informações importantes, já que o processo de backup é realizado apenas mensalmente.

Recomendamos a adequação dos procedimentos de forma que os backups sejam realizados em um período menor de tempo, como semanal ou diário, mitigando o risco de perda de dados. Ainda, ressaltamos a importância da utilização de servidor para armazenagem de dados e informações inerentes as atividades da Companhia.

c) Dispositivos móveis

Verificamos que o controle do acesso de dispositivos móveis, como pen drives e HD externo é bloqueado apenas nos computadores utilizados pela produção, os demais departamentos possuem acesso liberado às funções USB dos computadores.

Entendemos que a prática expõe de maneira significativa a Companhia ao risco de vazamento de informações confidenciais.

d) Ausência de processo definido para mudanças de emergência

Atualmente a Companhia não possui um plano de recuperação de desastres definido. Tal procedimento envolve um conjunto de políticas e procedimentos que deverão ser aplicados para permitir a recuperação ou continuação da infraestrutura de tecnologia e sistemas vitais da Companhia em casos de ocorrência de desastres naturais ou provados pelo homem.

O DRP (disaster recovery plan) deve ser desenvolvido pelos gestores ativos, onde devem ser definidos os programas de administração de crise, plano de continuidade operacional e plano de recuperação de desastres.

e) Comentário dos Diretores sobre as deficiências apontadas



Concordamos com grande parte dos apontamentos supracitados e estamos tomando providências para amenizar os riscos no qual a companhia está exposta, porém é importante frisar que a Cia está passando por um processo de reestruturação e perdeu colaboradores “chaves” em quase todos os setores e vem encontrando dificuldades para a reposição dos mesmos, consequência da dificuldade financeira que a Conpel vem atravessando.

Para esse ano de 2017 a empresa criou política de vendas na qual há uma precificação para cada um dos itens utilizado a metodologia de mark-up.

Com relação aos setores de Contas a Pagar e a Receber à companhia pretende fechar um treinamento “*in company*” do programa Datasul para melhor utilização do sistema e também está desenvolvendo junto ao setor de Recursos Humanos políticas e procedimentos internos.

No setor de estoque/produção há necessidade automatizar os apontamentos das movimentações da área visando maior acuracidade nos controles, porém para isso necessitamos de investimentos em tecnologia e devido a atual situação estas melhorias não serão possíveis de imediato, mas já há um engajamento dos colaboradores para melhoria dos controles utilizando na totalidade os softwares que já dispomos.

Nos próximos inventários criaremos melhores procedimentos considerando os pontos levantados pela auditoria afim de obter resultados satisfatórios.

A área de Tecnologia de Informação já está criando políticas adequadas a necessidade da empresa, os backup's das informações hoje já são realizados automaticamente.

5.4. ALTERAÇÕES SIGNIFICATIVAS

Não há.

5.5. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Não há.



6. HISTÓRICO DA COMPANHIA.

6.1. CONSTITUIÇÃO DA COMPANHIA.

<u>CONSTITUIÇÃO DA COMPANHIA</u>	
a. Data	16/04/1971
b. Forma	Sociedade Anônima
c. País de Constituição	Brasil

6.2. PRAZO DE DURAÇÃO.

Conforme definido no estatuto social, é indeterminado.

6.3. BREVE HISTÓRICO DA COMPANHIA.

6.3. BREVE HISTÓRICO DA COMPANHIA.

A CONPEL (Companhia Nordestina de Papel) atua desde 1971 no setor de fabricação de embalagens. Destaca-se por sua atuação responsável e consolidada no mercado de papéis para embalagens. Está localizada às margens da BR 101, Km 06, município do Conde/PB, sendo de 15 km a distância para o centro de João Pessoa/PB e 110 km para o centro de Recife/PE.

Visando atingir suas metas de crescimento, qualidade e desenvolvimento tecnológico, a CONPEL investe na constante atualização de seus colaboradores, sempre motivados e comprometidos com as normas e condutas da empresa. A Companhia possui um efetivo funcional de aproximadamente 250 colaboradores distribuídos em setores administrativos, produção e manutenção. Além de promover várias iniciativas de cunho educacional e social, a CONPEL investe no desenvolvimento e suporte tanto dos seus funcionários quanto dos membros das comunidades à cerca da sua unidade industrial. Dispondo de equipamentos modernos, a sua capacidade anual é de produzir 68.088 toneladas de papel e sacos.

A CONPEL demonstra e operacionaliza seu compromisso ético perante a sociedade brasileira através da melhoria contínua de suas atividades nas áreas de Segurança, Saúde e Meio Ambiente. O parque industrial da CONPEL é formado por três unidades integradas para produção de papel, sacos multifolhados e caixas de papelão ondulado, que são:

A Fábrica de Papel - FAPE, tem sua produção destinada à fabricação de caixas de papelão ondulado e cônicas, segue normas e procedimentos técnicos fabril da ABTCP (Associação Brasileira Técnica de Celulose e Papel). A Fábrica de Sacos Multifolhados - FASA é estruturada com tubeiras, coladeiras e sistema



de transporte automático sincronizado, equipamentos com alto desempenho e que exigem profissionais capacitados e devidamente comprometidos na qualidade total. A FASA atende às exigências do mercado na fabricação de toda linha de sacos para o envase de produtos minerais, como gesso, calcário, bentonita e principalmente a indústria cimenteira. A Fábrica de Caixas de Papelão Ondulado – FCA, integrada com a FAPE, possui máquinas versáteis para o desenvolvimento e fabricação de todas as estruturas de caixa máster, sendo normais ou especiais. Atualmente, possui estrutura de máquina ondulateira e de impressoras.

6.4. DATA DO REGISTRO NA CVM.

20/07/1977.

6.5. INDICAR SE HOUE PEDIDO DE FALÊNCIA, DESDE QUE FUNDADO EM VALOR RELEVANTE, OU DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL DO EMISSOR, E O ESTADO ATUAL DE TAIS PEDIDOS.

No dia 18 de Agosto de 2017 foi deferido o processo de recuperação judicial.

6.6. FORNECER OUTRAS INFORMAÇÕES QUE O EMISSOR JULGUE RELEVANTES.

Não há.



7. ATIVIDADES DA COMPANHIA.

7.1. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA COMPANHIA E POR SUAS CONTROLADAS.

As atividades da Companhia compreendem a fabricação de papéis do tipo Kraft, chapas e embalagem de caixas, bem como a industrialização de sacos simples e multifolhados. A principal matéria prima na produção do papel é o insumo de aparas. As embalagens produzidas pela Conpel atendem diversos setores, nos quais se destacam a construção civil, o setor alimentício.

7.2. SEGMENTOS OPERACIONAIS.

a) produtos e serviços comercializados.

A Conpel atua em um único segmento operacional que compreende a fabricação de papéis do tipo Kraft, chapas e embalagem de caixas, bem como a industrialização de sacos simples e multifolhados. Tendo em vista que a análise realizada tem como parâmetros as informações aprovadas pela Deliberação da CVM nº 582/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 22.

b) receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia.

Os resultados auferidos através de sua atividade resultam unicamente na composição das receitas divulgadas no item 7.6 (a) deste formulário, que compreendem 100% de participação das atividades na receita líquida, pois a companhia atua em um único segmento.

c) lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia.

Os resultados auferidos através de sua atividade resultam unicamente na composição dos lucros ou prejuízos apresentados abaixo, para os exercícios de 2015, 2016 e 2017, que compreendem 100% de participação das atividades no lucro líquido, pois a companhia atua em um único segmento.

RESULTADO DO EXERCÍCIO

Em Milhares de Reais	2017	2016	2015
Prejuízo Líquido do Exercício	(24.174)	(55.230)	(24.717)



7.3. PRODUTOS E SERVIÇOS.

a) características do processo de produção.

As características da Conpel em seu processo produtivo compreendem as seguintes linhas de produção, mencionadas abaixo:

FÁBRICA DE PAPEL.

Com produção destinada à fabricação de chapas/caixas de papelão ondulado, com papel reciclado 100% OCC.

Seus principais produtos são:

- Conpelmil: Papel Miolo de 110 g/m² - 210 g/m²;
- Conpelcor: Papel Capa de 110 g/m² - 200 g/m;
- Conpelmac: Papel Maculatura de 210 g/m².

FÁBRICA DE CHAPAS.

Fabricação de chapas de papelão reciclada/Kraft onda B, C ou BC destinadas ao segmento de embalagens.

Seus principais produtos são:

- Chapas Recicladas: 365 g/m² - 760 g/m²;

FÁBRICA DE CAIXAS DE PAPELÃO ONDULADO.

Fabricação de caixas para embalagens de produtos diversos, com foco no mercado de hortifrutícolas e cerâmico.

Seus principais produtos são:

- Caixa Normal Colada;
- Caixa Normal Grampeada;
- Caixa Corte e Vinco.

FÁBRICA DE SACOS MULTIFOLHADOS.

Fabricação de sacos de papel Kraft extensível multifolhados, micro perfurados, colados e valvulados.

Seus principais produtos são:

- Sacaria para Indústrias de Cimento;



- Sacaria para Indústrias de Minérios (gesso, bentonita, caulim, cal, barita, calcário, óxido de alumínio, argamassas).

b) características do processo de distribuição.

O processo da Conpel é composto por uma equipe de vendedores internos e externos. A entrega dos produtos vendidos é terceirizada.

c) características dos mercados de atuação:

A área de atuação compreende toda a região do nordeste brasileiro.

i. Participação em cada um dos mercados por renda.

Não foi medido.

ii. Participação em cada um dos mercados por localização.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA POR SEGMENTO (RECITAS)

<u>Região</u>	<u>Receita Bruta</u>	<u>% Participação</u>
Nordeste	8.354	100,00%
TOTAL	8.354	100,00%

iii. Participação e condições de competição nos mercados.

Não foi medido.

d) eventual sazonalidade.

Não há.

e) principais insumos e matérias primas.

Aparas Recicladas.

Sucata de papelão prensada, principal matéria-prima para a produção de papel.

Devido diversificação desta matéria prima no mercado paraibano, a companhia busca melhores preços em estados próximos, visando a redução dos seus custos de produção.

Seus principais fornecedores são:

- Cabral Lins Com. Atacadista de Papel e Papelão Recicláveis Ltda. - EPP;
- Riograndense Papeis Eireli-ME;
- Central Nordestina de Aparas;



- Serido Embalagens Ltda. Me ema.
- Distribuidora de Papeis Cid. Verde Ltda..

Papel KNE.

Papel não branqueado, essencialmente de fibra longa, altamente resistente ao rasgo e a energia absorvida na tração. Usado para embalagem de sacos de papel.

Seu principal fornecedor:

- Cocelpa Cia de Papel e Celulose do Paraná.

Tintas.

Tinta flexográfica a base de água indicada para impressoras, sendo utilizada em caixas de papelão ondulado e sacaria.

Seus principais fornecedores são:

- Vivacor Industria Tintas e Vernizes Ltda.;
- Luminar Tintas e Vernizes Ltda..

i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável.

A companhia mantém relação com seus fornecedores, buscando sempre praticar compra pela relação custo benefício.

ii. eventual dependência de poucos fornecedores.

A Companhia não possui dependência de fornecedores.

iii. eventual volatilidade em seus preços.

Dentro do mercado de atuação da Companhia poderá ocorrer eventual volatilidade nos preços da sua principal matéria-prima, as “aparas”, que estão sofrendo altas consideráveis, em virtude da negociação entre fornecedores que vem estabelecendo uma média de preços no mercado.

Diante desse cenário a Companhia vem realizando estudos de viabilidade econômica para se buscar a matéria-prima em outros estados.

7.4. CLIENTES RELEVANTES (RESPONSÁVEIS POR MAIS DE 10% DA RECEITA LÍQUIDA TOTAL DA COMPANHIA).

a) montante total de receitas provenientes do cliente.

A carteira de Clientes da Companhia esta pulverizada não havendo riscos para a operação.

b) segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente.

Em função da atuação da Companhia ser diversificada em linhas de produção não há existência de segmentos operacionais, não afetando a sua operacionalidade.

7.5. EFEITOS RELEVANTES DA REGULAÇÃO ESTATAL SOBRE AS ATIVIDADES DA COMPANHIA.

a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações.

Não se aplica a companhia.

b) política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental.

As normas da empresa relacionadas ao meio ambiente são baseadas nas legislações ambientais, cuja periodicidade de cumprimento são estabelecidas pelas próprias legislações

c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades.

Não há.

7.6. INFORMAÇÕES ACERCA DOS PAÍSES EM QUE A COMPANHIA OBTÉM RECEITAS RELEVANTES.

a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia.



As informações apresentadas abaixo refletem a posição financeira da empresa em relação à receita operacional líquida nos exercícios de 2017, 2016 e 2015, segregadas por família de produto.

DEMONSTRAÇÃO DAS RECEITAS POR FAMÍLIA DE PRODUTOS

	2017	(%) da receita líquida	2016	(%) da receita líquida	VARIAÇÃO (%) 2017 / 2016	2015	(%) da receita líquida	VARIAÇÃO (%) 2016 / 2015
RECEITA OP. LÍQUIDA	6.316	100%	14.761	100%	-57%	27.542	100%	-46%
Papel	2.789	44%	3.248	22%	-14%	6.130	10%	-47%
Chapas	1.293	20%	2.191	15%	-41%	2.978	11%	-26%
Caixas	1.960	31%	4.498	30%	-56%	15.079	62%	-70%
Sacos	273	4%	4.824	33%	-94%	3.355	17%	44%

b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia.

Não aplicável a companhia.

c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total da Companhia.

Não aplicável a companhia.

7.7. REGULAÇÃO DOS PAÍSES EM QUE A COMPANHIA OBTÉM RECEITAS RELEVANTES.

Não aplicável a companhia.

7.8. OUTRAS RELAÇÕES DE LONGO PRAZO RELEVANTES DA COMPANHIA.

Não há.

7.9. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES.

Não há.

8. NEGÓCIOS EXTRAORDINÁRIOS.

8.1. INDICAR A AQUISIÇÃO OU ALIENAÇÃO DE QUALQUER ATIVO RELEVANTE QUE NÃO SE ENQUADRE COMO OPERAÇÃO NORMAL NOS NEGÓCIOS DO EMISSOR

Não houve.



8.2. INDICAR ALTERAÇÕES SIGNIFICATIVAS NA FORMA DE CONDUÇÃO DOS NEGÓCIOS DO EMISSOR.

Não houve.

8.3. IDENTIFICAR OS CONTRATOS RELEVANTES CELEBRADOS PELO EMISSOR E SUAS CONTROLADAS NÃO DIRETAMENTE RELACIONADOS COM SUAS ATIVIDADES OPERACIONAIS.

Não houve.

8.4. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES.

Não houve.

9. ATIVOS RELEVANTES

9.1. BENS DO ATIVO NÃO-CIRCULANTE RELEVANTES PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA COMPANHIA, INDICANDO, EM ESPECIAL.

a) ativos imobilizados (inclusive aqueles objeto de aluguel ou arrendamento), identificando a sua localização.

Descrição do Bem	Complemento	Pais de Localização	Município / UF de Localização	Tipo de Propriedade
TERRENO (Área total 25,2 há)	Área Construída: 30.000 M ² Ruas E Pátios: 10.000 M ²	Brasil	Conde/PB	Própria
Máquina de Papel	Fabricante: CFF – Cia Federal de Fundição Ano de fabricação: 1969 (Reformada em 2004)	Brasil	Conde/PB	Própria
Onduladeira	Fabricante: Tomasoni Indústria de Máquinas Ltda Ano de Fabricação: 2006	Brasil	Conde/PB	Própria
Impressora Caixa Normal - PS 2400	Fabricante: SEB Ano de Fabricação: 1994	Brasil	Conde/PB	Própria
Impressora Caixa Corte e Vinco – Titan-BR	Fabricante: Langston Ano de Fabricação: 2007	Brasil	Conde/PB	Própria
Tubeira AM-2145/37-765	Fabricante: Windmoller & Holscher Ano de Fabricação: 1991	Brasil	Conde/PB	Própria
Coladeira 1/522/1185	Fabricante: Gattermann & Hollmenn Ano de Fabricação: 1972	Brasil	Conde/PB	Própria
Coladeira 1/522/2918	Fabricante: Gattermann & Hollmenn Ano de Fabricação: 1984	Brasil	Conde/PB	Própria
Coladeira AD 2377/37.768	Fabricante: Windmoller & Holscher Ano de Fabricação: 1991	Brasil	Conde/PB	Própria

b) patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia.

Não há registros.

i. Duração.

Não há.

ii. Território Atingido.

Não há.

iii. Eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a tais ativos.

Não há.

iv. Possíveis consequências da perda de tais direitos para a Companhia.



Não há.

c) sociedades em que a Companhia tem participação.

Não há.

iv. Possíveis consequências da perda de tais direitos para a Companhia.

Não há.

c) sociedades em que a Companhia tem participação.

Não há.

9.2. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES.

RECUPERABILIDADE DOS ATIVOS (IMPAIRMENT)

Em atendimento a legislação vigente, Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, bem como, o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R3) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela resolução CFC nº 1.292/10 e alterações posteriores, assim como a deliberação CVM nº 639/2010, sobre a aplicabilidade do teste de recuperabilidade também conhecido como *impairment*, a Companhia procedeu os testes dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e não circulantes a fim de determinar se estes sofreram perdas, visando mensurar a capacidade de retorno que estes ativos possam proporcionar para a Companhia.

Considerando que a legislação dispõe que a Companhia deve apresentar periodicamente análise sobre a recuperação dos ativos, e para o quarto trimestre de 2017 a companhia realizou uma avaliação patrimonial pelo “Valor Justo de Mercado” dos seus ativos conforme determinado pelo CPC 01: “... *valor recuperável como o maior valor entre o valor justo líquido de despesas de venda de um ativo ou de unidade geradora de caixa e o seu valor em uso*” atestado pelo Laudo nº0175/2017, feito pela empresa Ferrari Gestão de Ativos Ltda, inscrita no CNPJ, nº 93.272.003/0001-65, a qual o mesma atesta que o Valor Justo de Mercado dos bens avaliados é de R\$ 69.715.073,15, não havendo provisão de perdas (*Impairment*) no exercício de 2017.



10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES.

10.1 Condições financeiras e patrimoniais gerais.

a) condições financeiras e patrimoniais gerais.

A diretoria vem buscando readequar sua estrutura financeira e patrimonial para que a companhia possa retomar seu espaço no mercado, perdido em detrimento das condições econômicas do país. Em 2017 iniciamos uma reestruturação econômica que impactará em 2018, elevando os resultados a níveis sustentáveis.

b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas.

Devido à dificuldade financeira em que a companhia vem passando, não há hipótese de resgate de ações ou quotas.

I. Hipóteses de Resgate

Não há previsão para a realização a curto prazo de hipótese de resgate de ações.

II. Fórmula de cálculo do valor de resgate

Não aplicável.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos.

O Atual momento da companhia é de dificuldade, como pode ser percebido em nossos números, porém a direção já traçou metas para honrar com os compromissos assumidos.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas.

Não houve.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

Há necessidade de investimentos em ativos não-circulantes, para isso a companhia buscará fontes de financiamento.



f) níveis de endividamento e características das dívidas.

I. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes; II. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras; III. Grau de subordinação entre as dívidas.

Banco	Modalidade	Valor Original Empréstimos	Saldo a Pagar Atualizado em 31/12/2017	Taxa de Juros / Mês	Parcelas Restantes
Banco do Nordeste	Capital de Giro	2.383	405	0,55%	-
Max Fundo Investimentos	Capital de Giro	7.722	-	1,61%	-
Banco Taipa	Capital de Giro	300	190	1,64%	-
Banco Banpar	Capital de Giro	400	718	1,64%	-
Delmonte	Capital de Giro	200	11	1,64%	-
Banco Sofisa	Capital de Giro	1.000	298	1,64%	-
BCR GLOBAL Fundo de Investimento	Capital de Giro	400	344	1,64%	-
Lotus Performance Fundo de Investimento	Capital de Giro	300	127	1,64%	-
Continental	Capital de Giro	300	128	1,64%	-
Manhattan Fomento Mercantil	Capital de Giro	723	107	1,64%	-
RDP Administração e Participações Ltda.	Capital de Giro	172	165	1,00%	6
Engetecnica Construções Cíveis e Com. Ltda.	Capital de Giro	288	275	1,00%	6
TOTAIS		14.188	2.768		

II. RELAÇÕES DE LONGO PRAZO COM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS.

Não há.

III. GRAU DE SUBORDINAÇÃO ENTRE AS DÍVIDAS.

Não há.

IV. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Não aplicável a companhia.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados.

A companhia não possui atualmente uma linha de crédito junto a Instituições financeiras.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Em milhares de Reais			
	2017	2016	VARIAÇÃO
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	9.070	31.957	-71,62%
(-) Deduções sobre vendas	(2.754)	(17.196)	-83,98%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	6.316	14.761	-57,21%
Custo dos produtos vendidos	(9.768)	(20.345)	-51,99%
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	(3.452)	(5.584)	-38,18%
Receitas (Despesas) Operacionais	(11.589)	(19.501)	-40,57%
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL	(15.041)	(25.085)	-40,04%
Resultado Financeiro Líquido	(13.931)	(30.800)	-54,77%
Imposto de Renda e Contribuição Social	798	655	21,83%
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL LÍQUIDO	(28.174)	(55.230)	123,45%

Receita Operacional Bruta: A receita operacional bruta passou de R\$ 31.957 mil em 2016 para R\$ 9.070 mil em 2017, variação motivada pela crise que afetou o país em 2016 e continuou a atingir a empresa em 2017.

Custo dos Produtos Vendidos: O custo das vendas em relação à Receita Bruta diminuiu em 2017 se comparado a 2016, essa se deve a diminuição das vendas.

Receitas e Despesas Operacionais: Ocorreu uma grande diminuição devida apropriação de PCLD e reconhecimento de alguns impostos devidos e inscritos em Dívida Ativa.

Resultado Financeiro Líquido: Neste exercício de 2017 quase todas as contas das despesas financeiras diminuíram se comparado ao mesmo período de 2016, essa variação é consequência da queda das vendas e consequentemente do volume de títulos descontados e movimentações bancárias como um todo.

ATIVO			
Em milhares de Reais			
	2017	2016	VARIAÇÃO
CIRCULANTE	4.531	3.460	30,95%
Clientes (Contas a Receber)	1.965	1.371	43,33%
Estoques	673	557	20,83%
NÃO CIRCULANTE	57.490	63.352	-9,25%
Realizável a Longo Prazo	1.780	2.036	-12,57%
PERMANENTE	55.710	61.316	-9,14%
Imobilizado	55.710	61.316	-9,14%

Cientes: Os títulos de créditos são compostos por duplicatas e outros títulos, gerados no processo de vendas de mercadorias e estão registrados pelo seu valor de realização.

Estoques: Os produtos acabados foram avaliados pelo custo de produção. As matérias primas, secundárias, embalagens e materiais diversos no almoxarifado, pelo custo médio de aquisição, não superando o valor de mercado.

Imobilizado Líquido: Para o Ativo Imobilizado a variação de -12,57% refere-se quase que somente a depreciação, pois não houve aquisição e baixa relevante.

PASSIVO			
Em milhares de Reais			
	2017	2016	VARIAÇÃO
CIRCULANTE	201.979	187.018	27,03%
Fornecedores Nacionais	12.550	10.971	14,39%
Empréstimos e Financiamentos	2.768	9.067	-69,47%
Obrigações Sociais	33.721	23.857	41,35%
Obrigações Tributárias	151.880	142.746	6,40%
Adiantamento de clientes	626	168	272,62%
Outras Obrigações	434	209	107,66%
NÃO CIRCULANTE	31.956	23.534	35,79%
Obrigações Tributárias	0	0	-
Empresas Ligadas	12.159	2.939	313,71%
Impostos Diferidos	19.797	20.595	-3,87%

Fornecedores: O impacto da crise nas atividades da empresa, reflete em um aumento nos no saldo do Contas a Pagar.



Empréstimos e Financiamentos: Devido à dificuldade que capital de giro que ainda persiste, e uma das alternativas utilizadas para suprir essa necessidade foi o desconto de títulos.

Obrigações Sociais e Obrigações Tributárias: O aumento esta atrelado aos juros mensais, reconhecido sobre esses tributos em aberto.

10.2. Comentários dos diretores sobre.

a) resultados das operações da Companhia.

I. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da companhia resulta essencialmente da produção e comercialização de seus produtos no segmento de papéis do tipo kraft, chapas de papelão, embalagem de caixas e sacos. A receita líquida é altamente impactada por variações de volumes e preços.

II. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A formação de preços dos produtos é diferente nos diversos segmentos que a Companhia atua e sofre influência da inflação, nível de atividade econômica, variação da taxa de juros, carga tributária, preços de matéria prima (aparas de papel), energia e gás natural.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

As variações das receitas decorrem especialmente da oferta e a demanda no mercado, bem como a influência do PIB, nível de atividade econômica, inflação, carga tributária e pelos preços dos principais insumos como a aparas, preços dos insumos energéticos e por fatores da economia global como a crise mundial.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia.

c.1) Impacto da inflação.

Não foram significativos no exercício de 2017.

c.2) Variações de preços dos principais insumos e produtos.

Não houve alterações nos principais insumos da companhia.



c.3) Variações do câmbio e taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro.

Não foram significativos no exercício de 2017.

10.3. EVENTOS RELEVANTES E IMPACTOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RESULTADOS DA COMPANHIA.

a) introdução ou alienação de segmento operacional.

Não ocorreram e não há previsão de ocorrer eventos relevantes.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

Não ocorreram e não há previsão de ocorrer eventos relevantes.

c) eventos ou operações não usuais.

Não ocorreram e não há previsão de ocorrer eventos relevantes.

10.4. Os diretores devem comentar.

a) Mudanças significativas nas praticas contábeis.

Não houve mudanças significativas durante o exercício de 2017 nas práticas contábeis.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis.

Não há

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor.

Não há

10.5. POLÍTICAS CONTÁBEIS CRÍTICAS DA COMPANHIA.

Atendem a Lei das Sociedades por Ações e na Comissão de Valores Mobiliários - CVM e incorporam as alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, e os Pronunciamentos Técnicos.

10.6. ITENS RELEVANTES NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA.

a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial.

Não ocorreram.



b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

Não ocorreram.

10.7. EM RELAÇÃO A CADA UM DOS ITENS NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDICADOS NO ITEM 10.6.

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia.

Não aplicável à companhia.

b) natureza e propósito da operação.

Não aplicável a companhia.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação.

Não aplicável a companhia.

10.8. PRINCIPAIS ELEMENTOS DO PLANO DE NEGÓCIOS DA COMPANHIA.

a) investimentos (inclusive descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos, fontes de financiamento dos investimentos e desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos).

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos.

Há estudo em andamento para aumento da capacidade de produção e modernização, mas sem conclusão e realização de investimentos até o presente momento.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos.

A companhia está avaliando, juntamente com o estudo para aumento da capacidade de produção.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.



Não há.

b) aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

Não há.

c) novos produtos e serviços.

Em estudo sem definição até o momento.

10.9. OUTROS FATORES QUE INFLUENCIARAM DE MANEIRA RELEVANTE O DESEMPENHO OPERACIONAL E QUE NÃO TENHAM SIDO IDENTIFICADOS OU COMENTADOS NOS DEMAIS ITENS DESTA SEÇÃO.

Não foram identificados outros fatos relevantes que não os anteriormente comentados.



11. PROJEÇÕES.

11.1. IDENTIFICAÇÃO DAS PROJEÇÕES.

a) Objeto das projeções.

Não há.

b) Período projetado e o prazo de validade da projeção.

Não há.

c) Premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração da Companhia e quais escapam ao seu controle.

Não há.

d) Valores dos indicadores que são objeto da projeção.

Não há.

11.2. NA HIPÓTESE DE A COMPANHIA TER DIVULGADO, DURANTE OS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS, PROJEÇÕES SOBRE A EVOLUÇÃO DE SEUS INDICADORES.

a) Informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário.

Não há.

b) Quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções.

Não há.

c) Quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data da entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas.

Não há.



12. ASSEMBLEIA GERAL E ADMINISTRAÇÃO.

12.1. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA COMPANHIA, CONFORME ESTABELECIDO NO SEU ESTATUTO SOCIAL E REGIMENTO INTERNO.

a) atribuições de cada órgão e comitê.

A Companhia é administrada por um conselho de administração e por uma diretoria. O conselho de administração é composto de 4 (quatro) conselheiros, que sejam pessoas naturais, acionistas da sociedade e residente no país, eleitos em Assembléia Geral. A diretoria é composta de 2 (dois) diretores no mínimo, sendo um diretor presidente e um diretor superintendente, e até mais 9 (nove) diretores, sendo 8 (oito) diretores sem designação de cargo e 1 (um) diretor adjunto. Os conselheiros e diretores possuem um prazo de gestão de 1 (um) ano, que se estenderá até a posse dos que forem eleitos para o período seguinte, sendo definidos na ata da Assembléia Geral, suas atribuições em conformidade com o art. 142 da Lei 6.404/76.

b) data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês.

A sociedade tem um Conselho Fiscal não permanente, composto de 04 (quatro) membros efetivos e 04 (quatro) suplentes, acionistas ou não, o qual funcionará somente no exercício social em que for instalado nas hipóteses previstas em lei. A eleição de seus membros e a fixação de sua remuneração deve ocorrer na Assembléia Geral em que for pedida sua instalação.

c) mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê.

Não há.

d) em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais.

Compete especialmente ao diretor presidente:

- (a) convocar e presidir as Assembléias Gerais e as Reuniões da Diretoria;
- (b) executar e fazer as resoluções das Assembléias Gerais, do Conselho de Administração e da Diretoria;
- (c) estando vago o cargo de diretor superintendente, exercer também a superintendência.

Compete especialmente ao diretor superintendente:

- (a) substituir o diretor presidente, em sua ausência ou impedimento ocasionais, e estando vago o cargo de diretor presidente, exercer a presidência e superintendência;
- (b) coordenar e superintender as atividades da sociedade;
- (c) dirimir conflitos de atribuições entre demais diretores;
- (d) determinar a orientação geral da administração social e composição de negócios da sociedade;
- (e) representar a sociedade ativa e passivamente em juízo ou foro dele.

As atribuições dos diretores sem designação de cargos e as do diretor adjunto serão estabelecidas na reunião do Conselho de Administração se houver.

À Diretoria como um todo, caberá os poderes de administração, competindo-lhes ainda:

- (a) celebrar contratos de abertura de crédito, de financiamento, e outros similares, com instituições financeiras públicas e privadas.
- (b) quando autorizada pelo Conselho de Administração, alienar bens imóveis, constituir ônus reais sobre bens sociais e prestar garantia a obrigações de terceiros;
- (c) assumir obrigações que impliquem, direta ou indiretamente, na vinculação à sua satisfação ou adimplemento de bens, genérica ou especificamente considerados, indispensáveis à continuidade dos negócios sociais;
- (d) discutir, aprovar e executar orçamentos ou planos de investimentos para os quais seja imprescindível a obtenção, por qualquer forma, de recursos junto aos mercados de capital ou financeiro;
- (e) indicar e nomear procuradores para quaisquer fins;
- (f) representar a sociedade e praticar todos os atos necessários a seu funcionamento regular, inclusive em operações bancárias de descontos, caução de títulos e outros necessários ao giro comercial;
- (g) deliberar sobre as matérias de que trata o parágrafo único do artigo 2º do Estatuto Social que autoriza a criação ou extintos de escritórios, filiais, agências, sucursais, e depósitos em qualquer parte do território nacional, a critério da Diretoria.



12.2. REGRAS, POLÍTICAS E PRÁTICAS RELATIVAS ÀS ASSEMBLEIAS GERAIS.

a) prazos de convocação.

As Assembleias Gerais da Companhia são convocadas com, no mínimo, 15 dias corridos de antecedência em primeira convocação e 8 dias corridos de antecedência em segunda convocação, observada a regra prevista no art. 124, § 1º, item II, da Lei n.º 6.404/1976.

b) competências.

A Assembleia Geral Ordinária se realizará anualmente, dentro dos quatro primeiros meses do ano, e a ela competirá: (a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre as demonstrações financeiras; (b) deliberar sobre a destinação dos Resultados do exercício e distribuição de dividendos; (c) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração; e (d) eleger e destituir os membros do Conselho Fiscal.

c) endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise.

Endereço eletrônico:

<http://www.cvm.gov.br/>
<http://www.conpel.com.br/>

Endereço Físico:

Localizada na Rodovia BR 101 km 06, no Município do Conde, Estado da Paraíba – CEP 58322-000 – Fone: (83) 3048-2300.

d) identificação e administração de conflitos de interesses.

Os conflitos de interesses após identificados são administrados pelo Diretor Superintendente, por meio de análise de objeto e análise de situação fadiga.

e) solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto.

Não há regras, políticas ou práticas para solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto nas assembleias gerais, pois conforme definido em estatuto social somente as ações ordinárias tem direito de voto, cabendo, a cada uma delas, um voto.

f) formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se a Companhia admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico.



Não há.

g) manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.

Não há fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das Assembleias Gerais.

h) transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das assembleias.

Não há transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das Assembleias Gerais.

i) mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas.

Não há.

J) companhia disponibiliza fóruns e pagins na rede social computadores destinadas a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre pautas das assembleias

Não há.

K) outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância

Não há

12.3. REGRAS, POLÍTICAS E PRÁTICAS DO CA

PUBLICAÇÕES				
		2017	2016	2015
Aviso aos Acionistas	Data	29/03/2017	29/03/2016	27/03/2015 28/03/2015 - 29/03/2015
	Jornal de Publicação	Diário Oficial do Estado da Paraíba e Jornal A União do Estado da Paraíba	Diário Oficial do Estado da Paraíba e Jornal A União do Estado da Paraíba	Diário Oficial do Estado da Paraíba e Jornal A União do Estado da Paraíba
Convocação da Assembleia Geral	Data	29/03/2017 30/03/2017 - 31/03/2017	12/03/2016 13/03/2016 - 14/03/2016	27/03/2015 28/03/2015 - 29/03/2015
	Jornal de Publicação	Diário Oficial do Estado da Paraíba e Jornal A União do Estado da Paraíba	Diário Oficial do Estado da Paraíba e Jornal A União do Estado da Paraíba	Diário Oficial do Estado da Paraíba e Jornal A União do Estado da Paraíba
AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Data	28/04/2017	29/04/2016	29/04/2015
	Jornal de Publicação	Diário Oficial do Estado da Paraíba e Jornal A União do Estado da Paraíba	Diário Oficial do Estado da Paraíba e Jornal A União do Estado da Paraíba	Diário Oficial do Estado da Paraíba e Jornal A União do Estado da Paraíba
Demonstrações Financeiras	Data	21/04/2017	21/04/2016	24/04/2015
	Jornal de Publicação	Diário Oficial do Estado da Paraíba e Jornal A União do Estado da Paraíba	Diário Oficial do Estado da Paraíba e Jornal A União do Estado da Paraíba	Diário Oficial do Estado da Paraíba e Jornal A União do Estado da Paraíba



a) numero de reuniões realizadas no ultimo exercício social

Ocorreu uma AGO e uma AGE.

b) disposição de acordo com os acionistas que estabelecem restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Não há

c) regras de identificação de conflitos de interesses

Não há

12.4. CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA DO ESTATUTO PARA A RESOLUÇÃO DOS CONFLITOS ENTRE ACIONISTAS E ENTRE ESTES E A COMPANHIA POR MEIO DE ARBITRAGEM.

Não há.



12.5. ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL.

CONSELHEIROS DE ADMINISTRAÇÃO – EFETIVOS

Nome	Dt. Nascimento	Idade	Profissão	CPF/Passaporte	Cargo	Data da Eleição	Data da Posse	Prazo do Mandato	Outros Cargos Exercidos	Eleito pelo Controlador
Luiz Cláudio Bettega de Pauli	26/06/1954	63 anos	Engenheiro Químico	254.115.199-34	Conselheiro Presidente	28/04/2017	28/04/2017	3 anos	N/A	Sim
Jackson Lenzi Pires	07/10/1954	63 anos	Engenheiro Elétrico	231.122.989-34	Conselheiro Vice-Presidente	28/04/2017	28/04/2017	3 anos	N/A	Sim
Carlos Augusto Garret	21/03/1985	32 anos	Advogado	043.038.109-32	Conselheiro de Administração	28/04/2017	28/04/2017	3 anos	N/A	Sim
Antônio Eloi Fontana de Pauli	31/05/1937	80 anos	Empresário	003.034.379-87	Conselheiro de Administração	28/04/2017	28/04/2017	3 anos	N/A	Sim

RELAÇÃO DE ADMINISTRADORES – EFETIVOS

Nome	Dt. Nascimento	Idade	Profissão	CPF/Passaporte	Cargo	Data da Eleição	Data da Posse	Prazo do Mandato	Outros Cargos Exercidos	Eleito pelo Controlador
Cristiano Ciriaco Delgado	14/05/1976	41 anos	Contador	015.425.019-89	Diretor Presidente	19/05/2017	19/05/2017	3 anos	N/A	Sim
Jackson Eduardo Lopes Dias	27/10/1980	37 anos	Contador	029.419.949-71	Diretor Administrativo Financeiro	19/05/2017	19/05/2017	3 anos	N/A	Sim

Conselho de Administração - Suplentes.

Não se aplica a companhia.

Conselho Fiscal - Efetivos.

Não se aplica a companhia.

Conselho Fiscal - Suplentes.

Não se aplica a companhia.



m) Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, fornecer.

I. Principais experiências profissionais dos administradores e membros do conselho fiscal.

Conselho de Administração - Efetivos.

Luiz Cláudio Bettega de Pauli: Membro da Diretoria da empresa Arpeco S/A – Artefatos de Papeis, Membro do Conselho de Administração da empresa Cocelpa – Cia Celulose e Papel do Paraná, Membro do Conselho da FIEP – Federação das Indústrias do Estado do Paraná, Membro do conselho do IBQP – Instituto Brasileiro Qualidade e Produtividade, Coordenador COMAG do SINPACEL, Conselheiro Profissional Certificado pelo IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa.

Jackson Lenzi Pires: Membro do Conselho de Administração da empresa Cocelpa – Cia Celulose e Papel do Paraná, Sócio-Gerente da empresa Petrus Construções Ltda, ex-Diretor Geral da Empresa Plásticos do Paraná Ltda, foi engenheiro responsável por centros de operações na Diretoria de Operações da empresa Telepar – Telecomunicações do Paraná (1979-1987).

Antônio Eloi Fontana de Pauli: Sócio Diretor da empresa APC Administradora de Bens Ltda. Ex diretor das empresas: Cocelpa Cia de Celulose e Papel do Paraná, Arpeco S/A Artefatos de Papeis, Conpel Cia Nordestina.

Carlos Augusto Garret: Membro do Conselho de Administração na empresa Conpel Cia Nordestina de Papel, Membro do Conselho de Administração e Diretor Jurídico da empresa Geogroup Holding S.A..

Relação de Administradores - Efetivos

Cristiano Ciriaco Delgado: CEO da empresa Cocelpa – Cia Celulose e Papel do Paraná, Diretor Presidente da empresa Arpeco Artefatos de Papel. Formado em Ciências Contábeis, Especialista e MBA em Finanças e Controladoria.

Jackson Eduardo Lopes Dias: Diretor Administrativo Financeiro da companhia Conpel Cia Nordestina de Papel, ex Diretor Administrativo Financeiro da GeoGroup Holding S.A.

n) Condenações judiciais e administrativas (inclusive criminais) envolvendo os administradores e membros do conselho fiscal.

- (i) qualquer condenação criminal;
- Não há condenação criminal

(II) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

- Não há condenação criminal.

(iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

- Não houve em processos administrativos da CVM, nem outra condenação, seja na esfera judicial ou administrativa decisão que tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer.

12.6. MEMBROS DOS COMITÊS ESTATUTÁRIOS, COMITÊS DE AUDITORIA, COMITÊS DE RISCO, COMITÊS FINANCEIRO E COMITÊ DE REMUNERAÇÃO.

Não se aplica a companhia.

12.7. FORNECER INFORMAÇÕES MENCIONADAS NO ITEM 12.5 EM RELAÇÃO AOS MEMBROS DOS COMITÊS NO ITEM 12.5

Não se aplica.

12.8. INFORMAR EM FORMATO DE TABELA O PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO NAS REUNIÕES REALIZADAS PELO RESPECTIVO ÓRGÃO NO MESMO PERÍODO.

Não se aplica

12.9. INFORMAR A EXISTÊNCIA DE RELAÇÃO CONJUGAL UNIÃO ESTÁVEL OU PARENTESCO ATÉ SEGUNDO GRAU

Não há

12.10. RELAÇÃO DE SUBORDINAÇÃO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇO OU CONTROLE MANTIDAS, NOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENTRE ADMINISTRADORES DO EMISSOR:

Não se aplica

12.11. DESCREVER AS DISPOSIÇÕES DE QUAISQUER ACORDOS INCLUSIVE APÓLICES DE SEGURO QUE PREVEJAM O PAGAMENTO OU REEMBOLSO DE DESPESAS SUPOSTAS PELOS ADMINISTRADORES, DECORRENTES DA REPARAÇÃO DE DANOS CAUSADOS A TERCEIROS OU AO EMISSOR, DE PENALIDADE IMPOSTAS POR AGENTES ESTATAIS OU ACORDOS COM OBJETIVO DE



ENCERRAR PROCESSOS ADMINISTRATIVOS OU JUDICIAIS EM VIRTUDE DE SUAS FUNÇÕES.

Não se aplica

12.12. A COMPANHIA SEGUE ALGUM CÓDIGO DE BOAS PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA, INDICA, EM CASO AFIRMATIVO, O CÓDIGO SEGUIDO E AS PRÁTICAS DIFERENCIADAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA ADOTADAS EM RAZÃO DO MESMO

A companhia segue metodologia própria de corporativismo.

12.13. FORNECER OUTRAS INFORMAÇÕES QUE O EMISSOR JULGUE RELEVANTES

Não há.

13. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES.

13.1. POLÍTICA E PRÁTICA DE REMUNERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA E NÃO ESTATUTÁRIA, DO CONSELHO FISCAL, DOS COMITÊS ESTATUTÁRIOS E DOS COMITÊS DE AUDITORIA, DE RISCO, FINANCEIRO E DE REMUNERAÇÃO, ABORDANDO OS SEGUINTE ASPECTOS.

a. objetivos da política ou prática de remuneração.

- Manter uma remuneração que recompense adequadamente aos administradores, respeitando a legislação vigente e proventos equivalentes aos oferecidos ao mercado.

b. composição da remuneração, indicando.

i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles.

Os membros da Diretoria recebem remuneração fixa mensal e outros benefícios, tais como seguro de vida e assistência médica.

ii. Qual a proporção de cada elemento na remuneração total.

- Remuneração fixa: 98,5%.
- Benefícios: 1,5%.

iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração.

- Em Assembléia Geral Ordinária de acionistas é fixado o montante anual que será empregado na remuneração dos seus administradores.

iv. Razões que justificam a composição da remuneração.

- Estar alinhados a prática de mercado e legislação vigente;
- Ser economicamente viável;
- Buscar o comprometimento com os resultados e alinhamento com os objetivos da empresa.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração.

Práticas de mercado e Legislação Vigente.



d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho.

Não se aplica a companhia.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia.

A empresa busca alinhamento através de salários compatíveis com o Mercado.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

Não se aplica a companhia.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia.

Não se aplica a companhia.

13.2. EM RELAÇÃO À REMUNERAÇÃO RECONHECIDA NO RESULTADO DOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS E À PREVISTA PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA E DO CONSELHO FISCAL.

REMUNERAÇÃO CONSELHEIROS E ADMINISTRADORES			
	Diretoria	Conselho	Total
Numero de Membros	2	4	6
Maio de 2013 até Abril de 2014	Até 432.000,00	Até 300.000,00	Até 732.000,00
Maio de 2014 até Abril de 2015	Até 432.000,00	Até 300.000,00	Até 732.000,00
Maio de 2015 até Abril de 2016	Até 432.000,00	Até 300.000,00	Até 732.000,00
Maio de 2016 até Abril de 2017	Até 432.000,00	Até 300.000,00	Até 732.000,00
Maio de 2017 até Abril de 2018	Até 11.200,00	-	Até 11.200,00

13.3. EM RELAÇÃO À REMUNERAÇÃO VARIÁVEL DOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS E À PREVISTA PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA E DO CONSELHO FISCAL.

Não há.

13.4. EM RELAÇÃO AO PLANO DE REMUNERAÇÃO BASEADO EM AÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA, EM VIGOR NO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL E PREVISTO PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE.



Não há.

13.5. EM RELAÇÃO À REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES RECONHECIDA NO RESULTADO DOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS E À PREVISTA PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE, DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA.

Não há.

13.6. INFORMAÇÕES A RESPEITO DAS OPÇÕES EM ABERTO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA AO FINAL DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL.

Não há.

13.7. EM RELAÇÃO ÀS OPÇÕES EXERCIDAS E AÇÕES ENTREGUES RELATIVAS À REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA, NOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS, ELABORAR TABELA COM O SEGUINTE CONTEÚDO.

Não há.

13.8. INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS PARA A COMPREENSÃO DOS DADOS DIVULGADOS NOS ITENS 13.5 A 13.7 (INCLUSIVE MÉTODO DE PRECIFICAÇÃO DO VALOR DAS AÇÕES E DAS OPÇÕES).

Não há.

13.9. INFORMAR QUANTIDADE DE AÇÕES OU COTAS DIRETA OU INDIRETAMENTE DETIDAS, NO BRASIL OU NO EXTERIOR E OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS CONVERSÍVEIS EM AÇÕES OU COTAS, EMITIDOS PELO EMISSOR, SEUS CONTROLADORES DIRETOS OU INDIRETOS, SOCIEDADES CONTROLADAS OU SOB CONTROLE COMUM POR MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL, AGRUPADOS EM ORGÃOS

Não há.

13.10. EM RELAÇÃO AOS PLANOS DE PREVIDÊNCIA EM VIGOR CONFERIDOS AOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E AOS DIRETORES ESTATUTÁRIOS, FORNECER AS SEGUINTE INFORMAÇÕES EM FORMA DE TABELA

Não há.

13.11. EM FORMA DE TABELA, INDICAR, PARA OS 3 ULTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS, EM RELAÇÃO AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, À DIRETORIA ESTATUTÁRIA E AO CONSELHO FISCAL.

	Diretoria	Conselho de Administração
Número de Membros	2	4
Valor da Maior Remuneração Individual de Maio de 2015 a Abril de 2016 ¹	237.600	75.000
Valor da Menor Remuneração Individual de Maio de 2015 até Abril de 2016 ²	194.400	75.000
Valor Médio da Remuneração Individual de Maio de 2015 até Abril de 2016 ³	216.000	75.000
Valor da Maior Remuneração Individual de Maio de 2016 a Abril de 2017 ¹	237.600	75.000
Valor da Menor Remuneração Individual de Maio de 2016 até Abril de 2017 ²	194.400	75.000
Valor Médio da Remuneração Individual de Maio de 2016 até Abril de 2017 ³	216.000	75.000
Valor da Maior Remuneração Individual de Maio de 2017 a Abril de 2018 ¹	6.200	-
Valor da Menor Remuneração Individual de Maio de 2017 até Abril de 2018 ²	5.000	-
Valor Médio da Remuneração Individual de Maio de 2017 até Abril de 2018 ³	5.600	-

¹ Considera a maior remuneração individual anual efetivamente recebida, considerando todos os membros, sendo que o membro com a maior remuneração permaneceu 12 meses no órgão.

² Considera a menor remuneração individual anual efetivamente recebida, incluindo apenas os membros que permaneceram 12 meses no órgão, sendo excluídos os que permaneceram por período inferior.

³ Valor total da remuneração paga dividido pelo número informado de membros no período em questão.

13.12. ARRANJOS CONTRATUAIS, APÓLICES DE SEGUROS OU OUTROS INSTRUMENTOS QUE ESTRUTURAM MECANISMOS DE REMUNERAÇÃO OU INDENIZAÇÃO PARA OS ADMINISTRADORES EM CASO DE DESTITUIÇÃO DO CARGO OU DE APOSENTADORIA (INCLUSIVE CONSEQUÊNCIAS FINANCEIRAS PARA A COMPANHIA).

Não há.



13.13. PERCENTUAL DA REMUNERAÇÃO TOTAL DE CADA ÓRGÃO RECONHECIDA NO RESULTADO DA COMPANHIA REFERENTE A MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL QUE SEJAM PARTES RELACIONADAS AOS CONTROLADORES, DIRETOS OU INDIRETOS, CONFORME DEFINIDO PELAS REGRAS CONTÁBEIS QUE TRATAM DESSE ASSUNTO.

Diretores Estatutários – 100%.

13.14. VALORES RECONHECIDOS NO RESULTADO DA COMPANHIA COMO REMUNERAÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL, AGRUPADOS POR ÓRGÃO, POR QUALQUER RAZÃO QUE NÃO A FUNÇÃO QUE OCUPAM, COMO POR EXEMPLO, COMISSÕES E SERVIÇOS DE CONSULTORIA OU ASSESSORIA PRESTADOS.

Não há.

13.15. VALORES RECONHECIDOS NO RESULTADO DE CONTROLADORES, DIRETOS OU INDIRETOS, DE SOCIEDADES SOB CONTROLE COMUM E DE CONTROLADAS DA COMPANHIA, COMO REMUNERAÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA, AGRUPADOS POR ÓRGÃO, ESPECIFICANDO A QUE TÍTULO TAIS VALORES FORAM ATRIBUÍDOS A TAIS INDIVÍDUOS.

Não há.

13.16. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES.

Todas as informações relevantes e pertinentes estão divulgadas nos itens acima.



14. RECURSOS HUMANOS.

14.1. RECURSOS HUMANOS DA COMPANHIA.

a) Empregados.

NÚMERO DE COLABORADORES POR CENTRO DE CUSTO

<u>DESCRIÇÃO CENTRO DE CUSTO</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Presidência e Vice Presidência	1	2	1
Conselheiros	4	4	4
Diretoria Superintendente	0	0	1
Diretoria Administrativo Financeira	1	1	1
Gerência Industrial	-	-	-
Administração	2	4	3
Serviços Gerais	16	14	14
Tesouraria	3	4	3
Gerência Financeira	0	0	1
Expedição e Logística	9	12	17
Fiscal	1	1	2
Comercial	8	9	6
Recursos Humanos	3	3	3
Almoxarifado	2	3	3
Departamento de Produção	-	-	-
Higiene e Segurança do Trabalho	0	2	3
Diretor Presidente	1	1	1
Florestal	1	1	1
Suprimentos	2	3	3
Geração de Vapor	4	4	7
Controle de Qualidade	3	3	10
Fábrica de Papel	18	21	32
Fábrica de Sacos	12	23	25
Fábrica de Caixas	15	25	45
Onduladeira	9	9	19
Manutenção Industrial	17	14	24
Manutenção elétrica	8	8	11
TOTAL DE COLABORADORES	140	171	240

b) Terceirizados.

EMPRESA	Setor/Departamento	2017	2016	2015
Naja	Portaria, Vigilância e Serviços Gerais	-	-	-
Tech Result	TI	-	1	1
Boa Mesa	Restaurante	-	-	-
Nadir Maia da Silva	Restaurante	-	5	5
Avation Consultoria	Diretor de Reestruturação	1	-	-
Antonio Elias	Recuperação Judicial	1	-	-
Corporate Consulting	Reestruturação Empresarial	1	-	-
Kantara Administração	Diretor Presidente	1	-	-
Marcio A.B Fontella	Gerência Industrial	1	-	-
J.D Serviços	Diretor ADM e Financeiro	1	-	-
Frederico Marcos Candes	Gerência Vendas	1	-	-
TOTAL DE FUNCIONÁRIOS		7	6	6

c) índice de rotatividade.

INDICE DE ROTATIVIDADE

2015	Saldo Anterior	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Rotatividade / mês	372	-7,53%	4,94%	-2,77%	-2,28%	-3,21%	-0,90%	-3,95%	-1,90%	-0,32%	-1,29%	-2,30%	-19,46%
Rotatividade / Acumulado		-7,53%	-2,59%	-5,36%	-7,63%	-10,84%	-11,74%	-15,70%	-17,60%	-17,92%	-19,21%	-21,51%	-40,97%
2016	Saldo Anterior	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Rotatividade / mês	240	-10,42%	4,65%	0,00%	-4,44%	-0,47%	0,00%	-1,40%	-16,11%	-1,69%	-1,15%	0,00%	-0,58%
Rotatividade / Acumulado		-10,42%	-5,77%	-5,77%	-10,21%	-10,68%	-10,68%	-12,08%	-28,19%	-29,89%	-31,04%	-31,04%	-31,62%
2017	Saldo Anterior	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Rotatividade / mês	171	-3,51%	-4,85%	-4,46%	0,00%	0,00%	-4,00%	-3,47%	-1,44%	1,46%	0,72%	0,00%	0,00%
Rotatividade / Acumulado		-3,51%	-8,36%	-12,82%	-12,82%	-12,82%	-16,82%	-20,29%	-21,73%	-20,27%	-19,55%	-19,55%	-19,55%



14.2. ALTERAÇÃO RELEVANTE OCORRIDA COM RELAÇÃO AOS NÚMEROS DIVULGADOS NO ITEM 14.1.

A Companhia vem adotando uma política de adequação de custos, por consequência houve uma redução considerável no quadro de colaboradores, reflexo da crise econômica nacional.

14.3. POLÍTICAS DE REMUNERAÇÃO DOS EMPREGADOS DA COMPANHIA.

O Manual de Administração de Cargos e Salários apresenta a política e os procedimentos relacionados à administração de todos os assuntos relacionados ao sistema de remuneração adotado pela Conpel, ajustando-se à realidade do mercado e mantendo uma adequada relação vertical entre os salários praticados internamente. A funcionalidade, adequação e aplicabilidade desse Plano de Administração de Cargos e Salários estarão diretamente ligadas às mudanças que ocorrerem nos sistemas de trabalho.

Cabe a Conpel a iniciativa de propor alternativas de adequação das diretrizes, critérios e descrições dos cargos existentes no plano a fim de atender às novas exigências do mercado. Esta Política servirá de base para as decisões do dia-a-dia da empresa relacionadas com Cargos e Salários. Os Gestores são responsáveis pela administração dos salários de suas equipes, utilizando as normas e critérios aqui definidos como referência básica para suas decisões de forma consistente e coerente, evitando utilizar a subjetividade.

Objetivos gerais da política de cargos e salários.

Essa política visa direcionar a utilização do plano e estrutura de cargos e salários da Conpel, definindo as diretrizes, normas e procedimentos a serem seguidos a fim de assegurar a igualdade de critérios nos assuntos relacionados

à administração de cargos e salários, alinhando-a aos objetivos da empresa. Um adequado plano de cargos e salários permite:

- ✓ Elaborar os perfis dos cargos e definir responsabilidades para cada um, incentivando a melhoria contínua do desempenho de seus ocupantes com base no conhecimento das atribuições e formas de remuneração;
- ✓ Estabelecer parâmetros capazes de avaliar o valor relativo dos cargos, a fim de assegurar o equilíbrio interno (relação entre os salários e os cargos dentro da empresa) e externo (comparação com a realidade de mercado);
- ✓ Atrair e reter os profissionais que possam contribuir para a continuidade e melhoria na performance da empresa;
- ✓ Harmonizar os interesses econômicos e financeiros da Conpel com os interesses de crescimento profissional e qualidade de vida dos profissionais;



Administração e controle.

Compete ao Diretor Geral da Conpel a aprovação desse Manual e da Política e Procedimentos relativos à implantação do Plano de Administração de Cargos e Salários do Grupo. Cabe à Gerente de Desenvolvimento Organizacional da Conpel a responsabilidade de definir a política salarial a ser adotada, a fim de assegurar que a empresa mantenha um plano efetivo de Administração de Cargos e Salários, coerente com o negócio e estratégias da empresa e de forma a manter o equilíbrio salarial interno e em relação ao mercado.

A área de Desenvolvimento Organizacional tem a responsabilidade de manter atualizadas as normas e diretrizes contidas nessa política, bem como o esclarecimento de dúvidas relativas à aplicação da mesma. As descrições para os novos cargos devem ser elaboradas levando-se em consideração as tarefas específicas para o cargo e feitas em conjunto com a chefia imediata do ocupante do respectivo cargo. As descrições devem ser revistas sempre que o conteúdo for alterado por iniciativa da chefia ou a cada ano a fim de adequá-la às novas necessidades da empresa. Todos os cargos são avaliados de acordo com os fatores de avaliação predefinidos, juntamente com representantes dos departamentos envolvidos. Os salários de admissão e os devidos enquadramentos (por mérito, tempo no cargo ou ajuste ao mercado) serão feitos de acordo com a política estabelecida pela empresa neste Manual.

Estrutura de cargos e salários.

A estrutura de cargos e salários é composta de algumas ferramentas básicas que permitem administrar a política adotada pela empresa. Dentre essas ferramentas estão:

Descrição de cargos.

A descrição de cargos permite esclarecer o objetivo de cada cargo dentro da organização. Define as responsabilidades e os requisitos essenciais para um bom desempenho das funções pertinentes ao cargo, além das competências necessárias para executar as tarefas, formação técnica, experiências, cursos, conhecimentos, habilidades e atitudes, conforme as exigências da Companhia.

Estrutura de cargos.

A estrutura de cargos estabelece os níveis salariais praticados pela empresa e a remuneração adequada para cada cargo. Ela é construída com base em



pesquisas salariais de mercado, identificando como os profissionais do mesmo nível hierárquico estão sendo remunerados, a fim de equilibrar a prática da empresa com a do mercado.

Tabelas e Faixas salariais.

As tabelas salariais foram definidas de acordo com grupo de cargos, sendo 03 tabelas: Executivos, Técnicos e Administrativos e Operacionais. Cada tabela foi subdividida em graus e para cada grau foi estabelecida uma faixa salarial para cada cargo. A faixa salarial servirá para definir o salário de cada profissional conforme o seu desempenho no cargo.

Quadro de lotação de pessoal – QLP.

Entende-se por Quadro de Lotação de Pessoal as informações das vagas orçadas e devidamente aprovadas, vagas preenchidas e vagas em aberto (diferença entre vagas orçadas e preenchidas). O Quadro de Lotação de Pessoal deverá ser revisado na época da elaboração do orçamento anual e aprovado pela Diretoria da Área e Diretoria Geral. A área de Administração de Pessoal deverá controlar a quantidade real de funcionários por cargo e as promoções / admissões somente serão autorizadas mediante disponibilidade de vagas. Após a aprovação do orçamento anual, os aumentos de quadro serão permitidos somente com aprovação do Diretor Geral.

Avaliação de desempenho anual.

Será de responsabilidade da Chefia Imediata, a realização da Avaliação de Desempenho Anual, utilizando-se de formulário próprio e com aplicação a cada 12 meses. O objetivo é avaliar o nível de desempenho e qualidade na realização das tarefas, entrega de resultados, etc. Caberá a área de Gestão de Pessoas a responsabilidade de controlar e apoiar as áreas na realização desta avaliação de desempenho. Os funcionários que atenderem os demais requisitos e obtiverem nota igual ou superior a 45 pontos nesta avaliação, serão elegíveis a promoção ou aumentos salariais.

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

CONCEITO	PONTOS	MÉDIA DAS NOTAS
Insatisfatório	De 09 a 44	1,0 a 4,9
Satisfatório	De 45 a 63	5,0 a 7,0
Excelente	De 64 a 81	7,1 a 9,0

Divulgação da política de cargos e salários.

Será de responsabilidade da Gerência de Desenvolvimento Organizacional a divulgação e/ou a realização de treinamento aos Gestores a política de Cargos e Salários, a fim de esclarecer os conceitos, princípios, regras e principalmente os objetivos para reforçar a credibilidade desta Política. Os Gestores deverão



divulgar aos colaboradores as regras para evolução no Plano de Carreira e também os critérios da avaliação de desempenho.

a) Política de salários e remuneração variável.

A política salarial tem o objetivo de estabelecer todos os procedimentos relacionados à movimentação de pessoal dentro da empresa considerando salários de admissão, promoções, transferências de cargos, entre outros fatores que serão apresentados a seguir:

Admissão de pessoal.

A admissão de um novo profissional está condicionada a existência de vaga no quadro de pessoal. No caso de contratação de um profissional para um cargo que ainda não exista no quadro da empresa, a definição prévia do título e do salário deverá ser estabelecida a partir de pesquisa realizada no mercado e avaliação interna para estabelecimento da classe salarial à qual o cargo será enquadrado.

Preenchimento de vagas existentes.

O preenchimento de vagas existentes deverá ser feita de acordo com a Política de Recrutamento e Seleção de Pessoal da Conpel, observando a descrição do cargo e o perfil do profissional, a fim de verificar se o candidato atende aos requisitos essenciais para o desempenho de suas funções.

Salário de admissão.

O salário de admissão é o ponto de partida para a evolução salarial do profissional dentro da empresa. Portanto, deverá ser efetuado no nível A (inicial da faixa salarial). Após o período de experiência, o salário poderá ser enquadrado no nível B ou no nível C. Essa proposta deverá ser negociada no momento da admissão do novo funcionário e constar no formulário de Requisição de Pessoal. Em situações excepcionais, a admissão poderá ser feita com um salário superior ao nível inicial. Situação excepcional contempla a contratação de um profissional com experiência para um cargo chave dentro da empresa que esteja em posição extremamente competitiva no mercado. O salário inicial poderá ficar entre os níveis C e D da faixa salarial. Para os cargos que exigirem um profissional com qualificações acima da média ou um histórico de desempenho extraordinário, o salário de admissão poderá ficar entre os níveis E e G da faixa salarial, somente com autorização da Diretoria Geral.

Enquadramento (aplicado até média de mercado – “D”).

O enquadramento é uma recompensa salarial fornecida pela empresa aos profissionais que tenham desempenho progressivo comprovado através de Avaliação de Desempenho. Nesse caso, o aumento salarial poderá ser feito apenas 1 nível acima do qual o profissional se encontra, com intervalo mínimo



de 90 dias, sendo as solicitações feitas pelo gestor/coordenador da área ao departamento de Gestão de Pessoas. O objetivo da empresa é pagar aos seus colaboradores a média de mercado (nível D da tabela salarial).

Mérito (aplicado acima da média de mercado – “D”).

Os aumentos por mérito deverão ser utilizados em casos excepcionais, quando o colaborador apresenta um desempenho muito acima da média ou a empresa necessite do profissional para uma posição estratégica. Nesses casos, o colaborador será enquadrado nos níveis E, F e G da tabela salarial, com intervalo mínimo de 90 dias. Todo aumento por mérito também deverá se basear na Avaliação de Desempenho Anual. Tais solicitações deverão ser feitas pelo gestor da área ao departamento de Gestão de Pessoas e submetidas à aprovação do Diretor Geral.

Promoção.

A promoção representa a passagem de um colaborador para um cargo de maior nível de complexidade, ou seja, para um cargo de grau salarial superior. O profissional deverá ser enquadrado, de preferência, no nível A da classe salarial para a qual foi promovido. As solicitações de promoções deverão ser feitas pelo gestor da área ao departamento de Gestão de Pessoas que avaliará a viabilização do processo. As promoções não podem ultrapassar mais do que uma classe salarial acima da qual se encontra o cargo atual (ex.: de Jr. para Sr.). Os candidatos a uma promoção vertical deverão passar por um processo de avaliação conduzido pela área de Gestão de Pessoas. A vaga deverá ser divulgada através de painel de gestão à vista ou e-mail a todos os funcionários e os interessados poderão se inscrever com a devida liberação da chefia imediata. As promoções ficarão condicionadas ao preenchimento pelo candidato dos requisitos essenciais definidos para o cargo e coerência com o desempenho do profissional. Além disso, no caso de promoção vertical, deverá existir o cargo para o qual o profissional está sendo promovido no quadro de pessoal da área.

Requisitos de avaliação para promoção.

A área de Gestão de Pessoas deverá identificar informações dos últimos 12 meses de cada candidato inscrito no processo seletivo interno. Sendo:

- ✓ Medidas Disciplinares;
- ✓ Assiduidade (faltas e atestados médicos);
- ✓ Pontualidade (atrasos e saídas antecipadas);
- ✓ Participação em Treinamentos;
- ✓ Avaliação de Desempenho Anual.

Alterações salariais e Ajustes de mercado.



As tabelas salariais deverão ser atualizadas em função de acordos coletivos da categoria sindical e ou ajustes das faixas salariais. Caberá à Gerência de Desenvolvimento Organizacional ajustar os níveis salariais dos cargos existentes em função da variação apresentada pelo mercado, com base em pesquisas.

b) Política de benefícios.

O Programa de Benefícios apresenta diretrizes relacionadas à administração de todos os benefícios oferecidos aos funcionários da Conpel, ajustando-se à realidade do mercado. Esse Programa servirá de base para as decisões do dia-a-dia da empresa relacionadas com Benefícios. Esse programa visa direcionar a utilização dos benefícios, definindo as diretrizes, normas e procedimentos a serem seguidos a fim de assegurar a igualdade de critérios, alinhando-a aos objetivos da empresa. Esse Manual tem como objetivo:

- ✓ Atrair e reter os profissionais que possam contribuir para a continuidade e melhoria na performance da empresa;
- ✓ Harmonizar os interesses econômicos e financeiros da Conpel com os interesses de crescimento profissional e qualidade de vida dos profissionais.

Cabe à Gerente de Desenvolvimento Organizacional da Conpel a responsabilidade de definir os benefícios a serem oferecidos, a fim de assegurar que a empresa mantenha um plano efetivo de Administração de Benefícios, coerente com o negócio e estratégias da empresa e de forma a manter o equilíbrio interno e em relação ao mercado. A área de Desenvolvimento Organizacional tem a responsabilidade de manter atualizadas as normas e diretrizes contidas nessa política, bem como o esclarecimento de dúvidas relativas à aplicação da mesma. A Companhia oferece aos seus colaboradores:

Cesta Básica.

Conforme a convenção coletiva de trabalho todos os funcionários tem direito a este benefício.

Restaurante.

A Conpel possui uma estrutura de restaurante no local. Diante disso, todos os funcionários lotados nessa unidade têm direito em usufruir das refeições oferecidas (desjejum, almoço, jantar e ceia), tendo a participação de 20% do valor das refeições consumidas no período de fechamento da folha de pagamento.



Vale transporte.

Garantimos a entrega de vale transporte a todos os colaboradores mediante comprovante de residência. Os funcionários que possuem outras formas de deslocamento entre a empresa e residência não terão direito ao benefício. O desconto será de 6% do salário base ou desconto integral do valor se o valor for menor que os 6% do salário base.

Transporte Fretado.

A Conpel possui um sistema de transporte fretado que realiza o percurso entre a empresa e alguns pontos pré-determinados. Não existe desconto desse benefício ao colaborador.

Inclusões / exclusões.

Todos os benefícios são oferecidos aos colaboradores no momento da sua admissão, onde o mesmo deverá assinar documento formalizando a opção ou não pelos benefícios. O colaborador poderá solicitar cancelamento de qualquer benefício a qualquer momento. Essa formalização deverá ser realizada em documento próprio junto à área de Administração de Pessoal.

Desconto dos benefícios.

O formulário de opção pelo benefício devidamente preenchido e assinado pelo colaborador, já autoriza a empresa a realizar os descontos em folha de pagamento.

Divulgação da política de benefícios.

Será de responsabilidade da Gerência de Desenvolvimento Organizacional a divulgação e/ou a realização de treinamento aos Gestores o Programa de Benefícios, a fim de esclarecer os conceitos, princípios, regras e principalmente os objetivos para reforçar a credibilidade deste Programa.

c) Características dos planos de remuneração baseados em ações.

Não há de remuneração através de ações.



14.4. DESCREVER AS RELAÇÕES ENTRE A COMPANHIA E SINDICATOS.

Ao longo do tempo, a Companhia tem mantido um bom relacionamento com os empregados e o respectivo sindicato da categoria, sem haver nenhum registro de paralisações e greves nos últimos três anos.

14.5. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Todas as informações relevantes estão supracitadas.



15. CONTROLE.

15.1. ACIONISTA OU GRUPO DE ACIONISTAS CONTROLADORES.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

<u>Nome</u>	<u>Nacionalidade</u>	<u>CPF/CNPJ</u>	<u>Qtde de Ações Detidas, por Classe e Espécie</u>	<u>Percentual Detido em Relação a Classe ou Espécie</u>	<u>Percentual detido em relação ao Capital Social</u>	<u>Se participa de acordo de Acionistas</u>	<u>Data da última Alteração</u>
EKN Embalagens Kraft do Nordeste Ltda.	Brasileira	02.042.040/0001-21	17.377.638	-	95,89%	Não	-
Outros Minoritários.	Brasileira	N/A ¹	744.461	-	4,11%	Não	-
TOTAL			18.122.099²	0%	100%		

¹ A companhia não possui esta informação, em função da apresentação de diversos acionistas relacionados como pessoa física.

² No quadro a seguir, apresenta-se o montante de ações classificadas por classe e tipo de ação as quais compõem o total de ações detidas.

COMPOSIÇÃO DAS AÇÕES POR CLASSE

<u>Classe das Ações</u>	<u>Tipo de Ação</u>	<u>Qtde de Ações</u>
Ações Ordinárias	-	14.048.567
Ações Preferenciais	A	461.266
Ações Preferenciais	B	72.447
Ações Preferenciais	C	82.043
Ações Preferenciais	D	3.457.776
TOTAL		18.122.099

15.2. INFORMAÇÕES SOBRE OS ACIONISTAS OU GRUPOS DE ACIONISTAS QUE AGEM EM CONJUNTO OU QUE REPRESENTAM O MESMO INTERESSE COM PARTICIPAÇÃO IGUAL OU SUPERIOR A 5% DE UMA MESMA CLASSE OU ESPÉCIE DE AÇÕES E QUE NÃO ESTEJAM LISTADOS NO ITEM 15.1.

Todas as informações referentes aos acionistas foram informadas no item 15.1.



15.3. DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL, CONFORME APURADO NA ÚLTIMA ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS.

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Qtde de Acionistas PF	Qtde de Acionistas PJ	Qtde de Ações Ordinárias	Qtde de Ações Preferenciais	Total de Ações
- ¹	1	14.048.567	4.073.532 ²	18.122.099

¹ A Companhia não possui a informação em função da apresentação de diversos acionistas relacionados como pessoa física.

² Composição das ações preferências por classe, vide item 15.1.

15.4. ORGANOGRAMA DOS ACIONISTAS DA COMPANHIA.

Os acionistas controladores diretos e indiretos, bem como nossos acionistas com participação igual ou superior a 5% de ações ordinárias estão identificado no item “15.1” acima, razão pela qual não inserimos o organograma neste item.

15.5. INFORMAÇÕES SOBRE ACORDOS DE ACIONISTAS REGULANDO O EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO OU A TRANSFERÊNCIA DE AÇÕES DA COMPANHIA, ARQUIVADOS NA SEDE DA COMPANHIA E DOS QUAIS O CONTROLADOR SEJA PARTE.

a) partes.

Não há.

b) data de celebração.

Não há.

c) prazo de vigência.

Não há.

d) exercício do direito de voto, do poder de controle.

Não há.

e) indicação de Administradores.

Não há.

f) transferência de ações e preferência para adquiri-las.

Não há.



g) restrição ou vinculação do direito de voto de membros do conselho de administração.

Não há.

15.6. ALTERAÇÕES RELEVANTES NAS PARTICIPAÇÕES DOS MEMBROS DO GRUPO DE CONTROLE E ADMINISTRADORES DA COMPANHIA.

Ocorreram no exercício de 2016 e 2017 alterações relevantes relacionados aos administradores, primeiro com a saída do Sr. Paulo Eduardo Rodrigues Ceschin, assumiu em seu lugar o Sr. Carlos Augusto Garret. Na Diretoria o Sr. Cesar Alvim Battistotti saiu, O Sr. Cristiano Ciriaco Delgado deixa de ser Diretor de Relações com Investidores e passa a exercer apenas a Função de Diretor Presidente, o Sr. Jackson Eduardo Lopes Dias assumiu o posto de Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores.

15.7. DESCREVER AS PRINCIPAIS OPERAÇÕES SOCIETÁRIOS OCORRIDOS NO GRUPO QUE TENHAM TIDO EFEITO RELEVANTE PARA O EMISSOR, TAIS COMO INCORPORAÇÕES, FUSÕES, CISÕES, INCORPORAÇÕES DE ATIVOS IMPORTANTES, INDICANDO, QUANDO ENVOLVER O EMISSOR OU QUALQUER DE SUAS CONTROLADAS OU COLIGADAS.

Não há.

15.8. OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA JULGUE RELEVANTES

Não há.



16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.

16.1. REGRAS, POLÍTICAS E PRÁTICAS DA COMPANHIA QUANTO À REALIZAÇÃO DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS (CONFORME DEFINIDAS PELAS REGRAS CONTÁBEIS QUE TRATAM DESSE ASSUNTO).

Compete ao conselho de administração aprovar quaisquer operações com partes relacionadas à Companhia.

Quando ocorrem operações com partes relacionadas, essas são praticadas por valor de mercado.

16.2. EM RELAÇÃO ÀS TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.

A Companhia tem registrado no Ativo não Circulante, operações com partes relacionadas o montante de R\$ 903 e no Passivo não Circulante o montante de R\$ 12.159 em 31.12.2017. A realização desse saldo está na dependência de projeção financeira e de reestruturação societária, sendo analisado pela Diretoria, e Conselho de Administração, cuja conclusão definirá as diretrizes para recebimento futuro.

(a) Nome das partes relacionadas.

Cocelpa Cia de Celulose e Papel do Paraná
EKN Embalagens Kraft do Nordeste.
Arpeco S/A. Artefatos de Papeis
Compet Agro Florestal S/A

(b) Relação das partes com o emissor.

A empresa EKN Embalagens Kraft do Nordeste Ltda é a controladora da companhia. As demais são coligadas.

(c) Data da transação.

30/05/1999.

(d) Objeto do contrato.

Operação de Mútuo.

(e) Se o emissor é credor ou devedor

A companhia é devedora em R\$ 903

(f) Montante envolvido no negócio.

O montante envolvido a receber é de R\$ 903 e a pagar é de R\$ 12.159



(g) Saldo existente.

O saldo existe contabilmente envolvido e de R\$ 903 no Ativo e R\$ 12.159 no Passivo.

(h) Montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio, se for possível aferir.

O montante envolvido e de R\$ 12.159

(i) Garantias e seguros relacionados.

Não há.

(j) Duração.

Prazo indeterminado.

(k) Condições de rescisão ou extinção.

Não há.

(l) Quando tal relação for um empréstimo ou outro tipo de dívida, informar ainda:

i. Natureza e razões para operação.

Não há.

ii. Taxa de juros cobrada.

Não há.

16.3. EM RELAÇÃO A CADA UMA DAS TRANSAÇÕES OU CONJUNTO DE TRANSAÇÕES MENCIONADOS NO ITEM 16.2 ACIMA OCORRIDAS NO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL.

a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses.

Os valores praticados nessa transação é o valor de mercado e está respaldado por contrato e outros documentos de suporte devidamente aprovados.

b) demonstrar o carácter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado.

Vide item 16.2



16.4. OUTRAS INFORMAÇÕES QUE À COMPANHIA JULGUE RELEVANTES

Todas as informações relevantes foram citadas anteriormente.

17. CAPITAL SOCIAL.

17.1. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O CAPITAL SOCIAL.

(a) Capital emitido, separado por classe e espécie.

A Companhia não possui emissão de ações em Bolsa de valores mobiliários.

(b) Capital subscrito, separado por classe e espécie.

O Capital Social subscrito da companhia é de R\$ 22.338.341, conforme demonstrado abaixo, separado por ações:

CAPITAL SUBSCRITO

Tipo de Ação	2017	2016	2015	(%)
	Quant. Ações	Quant. Ações	Quant. Ações	
Ações Ordinárias	14.048.567	14.048.567	14.048.567	77,52%
Ações Preferenciais	4.073.532	4.073.532	4.073.532	22,48%
Ações Pref. Classe "A"	461.266	461.266	461.266	2,54%
Ações Pref. Classe "B"	72.447	72.447	72.447	0,39%
Ações Pref. Classe "C"	82.043	82.043	82.043	0,47%
Ações Pref. Classe "D"	3.457.776	3.457.776	3.457.776	19,08%
TOTAL	18.122.099	18.122.099	18.122.099	100%

(c) Capital integralizado, separado por classe e espécie.

O Capital Social integralizado da companhia é de R\$ 22.338.341, conforme demonstrado abaixo, separado por ações:

CAPITAL INTEGRALIZADO

Tipo de Ação	2017	2016	2015	(%)
	Quant. Ações	Quant. Ações	Quant. Ações	
Ações Ordinárias	14.048.567	14.048.567	14.048.567	77,52%
Ações Preferenciais	4.073.532	4.073.532	4.073.532	22,48%
Ações Pref. Classe "A"	461.266	461.266	461.266	2,54%
Ações Pref. Classe "B"	72.447	72.447	72.447	0,39%
Ações Pref. Classe "C"	82.043	82.043	82.043	0,47%
Ações Pref. Classe "D"	3.457.776	3.457.776	3.457.776	19,08%
TOTAL	18.122.099	18.122.099	18.122.099	100%

(d) Prazo para integralização do Capital ainda não integralizado, separado por classe e espécie.

Todo o capital da Companhia está integralizado.



(e) Capital autorizado, informando quantidade de ações, valor e data da autorização.

É autorizado o aumento de capital social no dia 29/04/1996, independente de reforma estatutária, até o limite de R\$ 26.395.595, podendo ser emitidas, por deliberação do conselho de administração as ações demonstradas abaixo:

CAPITAL SUBSCRITO

Tipo de Ação	Quant. Ações	(%)
Ações Ordinárias	16.600.183	77,52%
Ações Preferenciais	4.813.384	22,48%
Ações Pref. Classe "A"	545.045	2,54%
Ações Pref. Classe "B"	85.605	0,39%
Ações Pref. Classe "C"	96.944	0,47%
Ações Pref. Classe "D"	4.085.790	19,08%
TOTAL	21.413.567	100%

(f) Títulos conversíveis em ações.

Não há valores mobiliários conversíveis em ações emitidos pela Companhia em circulação.

17.2. AUMENTOS DE CAPITAL DA COMPANHIA.

A companhia não realizou aumento de capital nos 3 últimos exercícios.

17.3. DESDOBRAMENTOS, GRUPAMENTOS E BONIFICAÇÕES.

Não há.

17.4. INFORMAÇÕES SOBRE REDUÇÕES DE CAPITAL DA COMPANHIA.

A companhia não realizou redução de capital nos 3 últimos exercícios.

17.5. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES.

Não há.



18. VALORES MOBILIÁRIOS.

18.1. DIREITOS DE CADA CLASSE E ESPÉCIE DE AÇÃO EMITIDA.

a) direito a dividendos.

Classe “A” e “B”

As ações preferenciais das classes “A” e “B” farão jus a um dividendo anual fixo, não cumulativo, de 12% sobre o valor realizado, conforme (art. 9º do Estatuto Social) e não inferior ao dividendo obrigatório a que se refere o (item II do artigo 46 do estatuto social).

Classe “C”

As ações preferenciais da classe “C” têm prioridade na distribuição de dividendo mínimo de 12% (doze por cento) ao ano calculados sobre o capital representativo dessa espécie e classe de ação, não inferior ao dividendo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido a que se refere o item II do artigo 46 deste estatuto, não podendo o disposto nos artigos 194 e 197 e os parágrafos 3º e 4º do artigo 202 da lei nº 6.404/76 prejudicar o direito das ações preferenciais de receber os aludidos dividendos mínimos, fixo e prioritário, não inferior ao obrigatório, conforme estabelece o artigo 203 da citada lei.

Classe “D”

As ações preferenciais da classe “D” têm prioridade na distribuição de um dividendo mínimo anual de 12% (doze por cento), calculado sobre o valor representativo dessas ações, não cumulativo e não inferior ao dividendo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido a que se refere o item II do artigo 46 deste estatuto, não podendo o disposto nos artigos 194 e 197 e os parágrafos 3º e 4º do artigo 202 da Lei 6.404/76 prejudicar o direito das ações preferenciais de receber os aludidos dividendos mínimo, fixo e prioritário, não inferior ao obrigatório, conforme estabelece o artigo 203 da citada lei.

b) direito de voto.

Somente as ações ordinárias têm direito de voto, cabendo, a cada uma delas, um voto.

c) conversibilidade em outra classe ou espécie de ação.

A conversão das ações, de uma classe ou forma para outra, é competência da Assembléia Geral, que só poderá autorizá-la mediante reforma deste estatuto.



d) direitos no reembolso de capital.

Classe “A” e “B”

As ações preferenciais das classes “A” e “B” terão preferência no reembolso do capital sem prêmio.

Classe “D”

As ações preferenciais da classe “D” têm prioridade no reembolso de capital.

e) direito a participação em oferta pública por alienação de controle.

Não há.

f) restrição à circulação.

Não há.

g) condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários.

Não há.

h) possibilidade de resgate de ações

Não se aplica

i) outras características relevantes.

Não há.

j) emissores estrangeiros.

Não há.

18.2. REGRAS ESTATUTÁRIAS QUE LIMITEM O DIREITO DE VOTO DE ACIONISTAS SIGNIFICATIVOS OU QUE OS OBRIGUEM A REALIZAR OFERTA PÚBLICA.

Não há.

18.3. EXCEÇÕES E CLÁUSULAS SUSPENSIVAS RELATIVAS A DIREITOS PATRIMONIAIS OU POLÍTICOS PREVISTOS NO ESTATUTO.

Não há.



18.4. EM FORMA DE TABELA, INFORMAR VOLUME DE NEGOCIAÇÕES BEM COMO MAIORES E MENORES COTAÇÕES DOS VALORES MOBILIÁRIOS NEGOCIADOS EM BOLSA DE VALORES OU MERCADO DE BALCÃO ORGANIZADO, EM CADA UM DOS TRIMESTRES DOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS.

Atualmente a companhia não realiza negociações em bolsa de valores, bem como mercado de balcão organizado.

18.5. OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS (QUE NÃO SEJAM AÇÕES).

Não há.

18.6. MERCADOS BRASILEIROS NOS QUAIS VALORES MOBILIÁRIOS DA COMPANHIA SÃO ADMITIDOS À NEGOCIAÇÃO.

Não há.

18.7. VALORES MOBILIÁRIOS ADMITIDOS À NEGOCIAÇÃO EM MERCADOS ESTRANGEIROS.

Não há.

18.8. TÍTULOS EMITIDOS NO EXTERIOR, QUANDO RELEVANTES, INDICANDO, SE APLICÁVEL:

Não há.

18.9. OFERTAS PÚBLICAS DE DISTRIBUIÇÃO EFETUADAS PELA COMPANHIA OU POR TERCEIROS, INCLUINDO CONTROLADORES E SOCIEDADES COLIGADAS E CONTROLADAS, RELATIVAS A VALORES MOBILIÁRIOS DA COMPANHIA.

Não há.

18.10. CASO A COMPANHIA TENHA FEITO OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, INDICAR

Não há.

18.11. DESCREVER AS OFERTAS PÚBLICAS DE AQUISIÇÃO FEITAS PELO EMISSOR RELATIVAS A AÇÕES DE EMISSÃO DE TERCEIRO.

Não há.



18.12. FORNECER OUTRAS INFORMAÇÕES QUE O EMISSOR JULGUE RELEVANTES.

Não há.



19. PLANOS DE RECOMPRA E VALORES MOBILIÁRIOS EM TESOURARIA.

19.1. PLANOS DE RECOMPRA DE AÇÕES DE AÇÕES DA EMISSOR, FORNECEDOR AS SEGUINTE INFORMações.

Não há.

19.2. EM RELAÇÃO AOS VALORES MOBILIÁRIOS MANTIDOS EM TESOURARIA, EM FORMA DE TABELA, SEGREGANDO POR TIPO, CLASSE E ESPÉCIE, INDICAR

Não há.

19.3. FORNECEDOR OUTRAS INFORMações QUE O EMISSOR JULGUE RELEVANTES

Não há.



20. POLÍTICA DE NEGOCIAÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS.

20.1. POLÍTICA DE NEGOCIAÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS DE EMISSÃO DA COMPANHIA PELOS ACIONISTAS CONTROLADORES, DIRETOS OU INDIRETOS, DIRETORES, MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DO CONSELHO FISCAL E DE QUALQUER ÓRGÃO COM FUNÇÕES TÉCNICAS OU CONSULTIVAS, CRIADO POR DISPOSIÇÃO ESTATUTÁRIA.

a) Data de Aprovação.

Não há.

b) Pessoas Vinculadas.

Não há.

c) e d) Principais características e previsão de períodos de vedação de negociações e descrição dos procedimentos adotados para fiscalizar a negociação em tais períodos.

Não há.

20.2. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES.

Não há.



21. POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES.

21.1. NORMAS, REGIMENTOS OU PROCEDIMENTOS INTERNOS ADOTADOS PELA COMPANHIA PARA ASSEGURAR QUE AS INFORMAÇÕES A SEREM DIVULGADAS PUBLICAMENTE SEJAM RECOLHIDAS, PROCESSADAS E RELATADAS DE MANEIRA PRECISA E TEMPESTIVA.

(i) Administradores, acionistas controladores, membros do Conselho Fiscal e integrantes dos demais órgãos com funções técnicas ou consultivas da Companhia;

(ii) empregados e executivos com acesso a informação relevante; e

(iii) quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Companhia ou em sociedades controladas e coligadas da Companhia, tenha conhecimento de informação relativa a ato ou fato relevante sobre a Companhia, deverão comunicá-lo ao Diretor de Relações com Investidores, que é a pessoa responsável por sua comunicação aos devidos órgãos e sua divulgação à imprensa.

21.2. POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE ATO OU FATO RELEVANTE ADOTADA PELA COMPANHIA (INCLUSIVE OS PROCEDIMENTOS RELATIVOS À MANUTENÇÃO DE SIGILO ACERCA DE INFORMAÇÕES RELEVANTES NÃO DIVULGADAS).

As pessoas mencionadas têm o dever de guardar sigilo acerca das informações relevantes a que tenham acesso privilegiado, até a sua divulgação ao mercado, bem como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam.

Sempre que houver dúvida a respeito da relevância acerca de informação privilegiada, as pessoas mencionadas, deverão entrar em contato com o Diretor de Relações com Investidores da Companhia a fim de sanar a dúvida.

A Política de Divulgação e Uso de Informações prevê como regra geral a imediata comunicação e divulgação simultânea à CVM, às bolsas de valores em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados e às entidades de balcão organizado em que a Companhia tenha valores mobiliários negociados.

21.3. ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA IMPLEMENTAÇÃO, MANUTENÇÃO, AVALIAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES.

Diretor de Relações com Investidores.



21.4. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES.

Não há.